

A transição no Brasil: comentários e reflexões

Luiz Gonzaga de Souza Lima

1

E escrever sobre a transição democrática no Brasil, no momento em que este processo apresenta um elevado grau de emoção e dramaticidade, é um desafio à lucidez. São grandes as possibilidades de que os elementos mais profundos deste processo, aqueles mais permanentes e capazes de influenciar o curso dos eventos, se embacem ou se embaralhem aos olhos e na mente do observador participante. É até possível que a serenidade intelectual seja arrastada pelas emoções provocadas pelo encontro deste país com a democracia e termine por exercitar-se preferencialmente sobre alguns aspectos em detrimento de outros, dificultando a articulação global, tão necessária, dos diversos níveis que o mesmo processo apresenta. Consolo-me com a possibilidade de que estes eventuais condicionamentos (aos quais

estou sujeito neste trabalho) possam ser compensados por uma equivalente densidade do emocional nos conteúdos das reflexões e comentários que seguirão. A emoção — especialmente no Brasil — é parte da substância do processo político.

2

A Nova República, esta construção política resultante de longos e duros anos de lutas sociais e políticas, apresentou-se em 15 de março de 1985 como cenário de eventos dramáticos, com a agonia — iniciada poucas horas antes da posse — e a morte prematura, em 21 de abril de 1985, do Presidente Tancredo Neves. A nação permaneceu perplexa diante da nova realidade política. Era impossível elaborar racionalmente a nova situação, criada com a ausência do Presidente eleito na direção do Estado. A normalidade — de fato tão pouco normal — foi mantida com a instalação do novo governo, através da posse do vice-presidente eleito, José Sarney, pelo Congresso Nacional, mantidos os tempos e os ritos de praxe — exceto a cerimônia de transmissão do cargo pelo Presidente João Figueiredo.

A perplexidade continha graves interrogações sobre as múltiplas possibilidades de desdobramento político que as novas circunstâncias pareciam oferecer. A nova conjuntura apresentava todos os ingredientes para uma crise política grave, através de um impasse institucional. Entretanto a crise não se deu. Se a manutenção da "normalidade", por si só, não deve ser

considerada como uma definitiva e irreversível consolidação da democracia política no país — oxalá o fosse! — demonstra no entanto, o grau alcançado pela ruptura — ao nível da cultura política — que a sociedade realizou em relação ao seu passado político, tão recente e já tão distante, constituído pelo autoritarismo e governos militares.

Terá sido porque as forças que constituíam e davam substância ao regime anterior, assim como suas bases sociais, foram dissolvidas e/ou se converteram ao regime democrático? Estaria — a normalidade — a indicar encontrar-se a sociedade brasileira definitivamente livre de autoritarismos e ditaduras pela inexistência, em seu seio, de grupos e forças interessadas em apostar em soluções políticas não democráticas? Não creio que se possa responder afirmativamente a estas interrogações. Entretanto, pelo fato das novas circunstâncias, criadas pela ausência do Chefe de Estado eleito, terem ocorrido quando o poder “ainda” se encontrava “do outro lado” e ainda assim ter sido possível uma solução “normal”, exige uma reflexão mais profunda. Se, de um lado, a nova conjuntura apresentava elementos que nas sociedades com pouca ou nenhuma tradição democrática — como o Brasil — favorecem aventuras políticas autoritárias, apresentavam também outros elementos que tornavam as aventuras inviáveis e que prevaleceram, tais como:

a) a existência — em estado quase sólido — de uma consciência e uma “vontade” democrática de grandes parcelas da sociedade brasileira que se exprimiram, neste sentido, com uma energia colossal, nos últimos meses, especialmente na luta pelas “Diretas já”, por ocasião da reunião do Colégio Eleitoral e da composição do governo;

b) o fato concreto de o Governo Tancredo Neves já existir (ainda que não empossado), refletindo esta consciência e esta vontade. Este governo é uma obra de arquitetura política que se sustenta por cimentos de solidariedade cujos conteú-

dos exprimem um projeto consistente, não sendo dominado ou composto exclusivamente por fisiologismos ou clientelismos, conforme nossa melhor tradição. É fruto, sim, de uma composição de “elites conciliadas”, mas desta vez — e sob grande pressão social — conciliadas em torno de um projeto democrático-liberal substantivo, sendo ele mesmo — o governo — um pacto político ancorado em compromissos explícitos de um novo pacto social como base da reorganização política do Estado brasileiro;

c) as mudanças velozes ocorridas nas funções dos partidos políticos, chamados, como foram, a discutir programas de governo e composições políticas e a formularem indicações para os ministérios e outros cargos públicos, ao mesmo tempo em que se transformavam em arena de poder — de fato — com a autonomia que lhes foi garantida (depois de muito reivindicada) para a composição das mesas diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados.

Um dos efeitos das mudanças é, inclusive, um grau razoável de recuperação moral, política e ética, produzindo uma instância política decisional com legitimidade junto aos quadros e bases partidárias: o comando político da Aliança Democrática. Foi esta instância — recém fundada, porém sólida — que decidiu pela posse de José Sarney, quando já se divulgava outro desfecho para a situação, isto é, a posse, provisória, do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Esta decisão, se tomada, teria determinado que o país caminhasse, agora, para novas eleições (indiretas). A recuperação veloz das funções dos partidos nos alinhavos da Nova República temperou-os para decisões como aquelas tomadas na madrugada de 14 de março de 1985. Os partidos políticos constituem hoje o centro do poder político no Brasil. Nesta “recuperação” não se pode negligenciar os papéis desempenhados por atores individuais, como o próprio Presidente — então ausente —, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

d) o alto grau de decomposição política em que se encontrava o regime anterior, repudiado pela sociedade, sem sustentação parlamentar, derrotado no Colégio Eleitoral e submerso em uma colossal crise de competência e uma interminável onda de escândalos. O sistema de poder que governou o país desde 1964 encontrava-se desfeito pelas rupturas inconciliáveis que o mesmo sofreu nos anos 83/84;

e) e, finalmente, a decisão das Forças Armadas de afastarem-se do processo político, gerando um obstáculo de ordem institucional a convites para uma intervenção com objetivos imediatos de "garantir a ordem" e manter o continuísmo do Governo Figueiredo. O comportamento "constitucional" das Forças Armadas deve também ser creditado ao equilíbrio alcançado por Tancredo Neves ao nomear os novos ministros militares. O novo governo dispunha, já naquela madrugada, de ministros militares afinados com seus objetivos políticos, que exprimiam as mudanças ocorridas dentro das Forças Armadas a partir das pugnas e conflitos que se desdobraram desde o episódio das bombas do Rio Centro. A questão do afastamento das Forças Armadas do processo político e a saída dos militares da direção do Estado são duas questões bem distintas e que não devem ser confundidas, como bem ilustram recentes trabalhos sobre o tema¹.

3

Os fatores citados foram suficientes para evitar qualquer ameaça à "normalidade" política (prefiro o termo normalidade, já que a "legalidade" da solução encontrada foi mais de uma vez contestada por importantes constitucionalistas brasileiros), garantindo, assim, que a posse do novo governo ocorresse sem incidentes políticos. Mas não foram suficientes para quebrar a perplexidade em que permaneceu toda a nação com a doença improvável de seu maior líder e com o seu posterior desaparecimento definitivo 38 dias depois.

Tancredo Neves já era a mais importante figura política do país desde o momento da reformulação partidária, quando dirigiu a organização do PP (Partido Popular), o partido de "ricambio" (reformista moderado), com quadros saídos do MDB e da Arena. O seu partido não se viabilizou em consequência dos "casuismos" eleitorais do Governo Figueiredo, que frearam o ritmo do processo de abertura. Em consequência de reavaliações políticas do seu líder, o PP se re-incorporou ao PMDB, dilatando seu espectro político. A partir de sua eleição para o governo do Estado de Minas Gerais (novembro/82), Tancredo se dedicou à construção teórica e política do mais avançado projeto político da história republicana, construído com a sensibilidade de quem tinha a estatura para integrar, em um mesmo projeto, três dimensões complexas: a) as aspirações e os limites históricos do liberalismo brasileiro; b) a energia e a qualidade da luta democrática da sociedade que emergia politicamente e; c) a necessidade (e as possibilidades) de se recompor o padrão de dependência e relações externas, que estava dilacerado pela crise interna e internacional e deveria se harmonizar com as outras duas dimensões. Transformou-se, com esta postura, na maior liderança política brasileira. O consenso ao "seu" projeto foi tão amplo que termina se transformando no projeto da própria sociedade e, na história "visível", a sua candidatura parece emergir de uma exigência real da sociedade, das lutas do movimento "Diretas já!".

O presidente eleito desenvolveu, em campanha, uma grande atividade política junto à população, buscando principalmente legitimar o projeto da Nova República e a sua eleição por via indireta. Estas atividades se mantiveram mesmo após Tancredo ter assegurado a maioria do Colégio Eleitoral. Posteriormente, em sua viagem ao exterior, após a eleição, o presidente alcançaria um saldo político interno imprevisível. Esta viagem assumiu o significado de um ritual de reconhecimento

to internacional à nova democracia brasileira. Os brasileiros sentiram o reconhecimento de "sua" cidadania política e a gratificação psicológica desta conquista. Este foi seu conteúdo real.

Mais do que as insatisfações provenientes da indesejada eleição indireta, os novos conteúdos do discurso político e seu reconhecimento internacional (em cujo contexto foram anunciadas grandes modificações internas) funcionaram como "tempero" para que a nova realidade política (juridicamente velha) tivesse o sabor mágico da democracia tão desejada. Pequenos gestos do presidente eleito, bem como seu ritmo de trabalho, sua competência e a consistência do seu reformismo liberal terminaram por produzir uma identificação de Tancredo com a democracia. Ele passou a significar a certeza das transformações democratizantes.

A doença retirou o presidente do cenário político. Junto com Tancredo desaparecia a certeza, abria-se espaço para a multiplicação de dúvidas grandes e pequenas, que se amalgamaram com as emoções de uma complexa e difícil transição política. A agonia de Tancredo se transformou em tempo histórico de um fenômeno inédito na história política brasileira, a unanimidade política e emocional da figura de um Presidente.

A relação população-líder passou — cada vez mais — a integrar elementos emocionais e sobrenaturais. Rezas e preces antecediam e sucediam as declarações políticas. Atos religiosos para a recuperação de Tancredo se transformaram na forma predominante de participação da população no cenário político. O mito foi construído aos olhos de todos e com a participação de cada um. O país assistiu, literalmente, à construção de seu maior mito político. Na história política brasileira, outras figuras, como Vargas, Prestes e Antônio Conselheiro chegaram a estabelecer relações desta natureza com a população. Entretanto, atingiram níveis alcançados, diante do fenômeno Tancredo Neves. Tratava-se, agora, de construção

social de um mito na era tecnológica. Todas as emissoras de televisão, em cadeia nacional, participavam disso, transformando a História em um gigantesco enredo no qual todos eram figurantes. Os vários *flashes* de notícias que as TVs punham no ar a todo momento articulavam o cidadão com a construção do mito, ao colocá-lo a par dos acontecimentos no interior do hospital, dentro dos palácios do poder, no interior do Congresso Nacional, assistindo reuniões, renovando esperanças ou aumentando as preocupações, participando de um processo que era ao mesmo tempo a construção de um mito e um momento fundamental da história brasileira, o encontro com a democracia. Poucas vezes um país inteiro viveu tão intensamente e por tanto tempo consecutivo quase que exclusivamente a instância da política, na qual toda a vida social parecia ter se condensado e estacionado. Esta participação ampla — e mágica — da sociedade na política reforçava a explicitação sempre mais enérgica e clara dos conteúdos democráticos da Nova República (mais do que, talvez, esta tivesse sido com Tancredo presidente). Construiu-se uma barreira de legitimidade capaz de bloquear tentativas de retrocesso político e de prevenir possíveis infidelidades de José Sarney.

Este período, que só terminou depois dos funerais — independente de outras avaliações — constituiu-se em uma dose concentrada de consciência política para a sociedade brasileira, com a consolidação do democrático como núcleo substantivo do discurso político. Evidentemente não podem ser escamoteadas algumas interrogações importantes: terá (o mito) a função exclusiva de legitimação de um pacto entre os grupos sociais dominantes? De que espaços sociais provêm os valores representados por ele? De qual "vertente" teórica e política advém seu conteúdo? Quem se apropriará do mito, de sua gestão política e da interpretação dos seus conteúdos, as elites ou as massas? As respostas se encontram mais no processo po-

lítico que virá e menos na capacidade de, no "hoje", construir respostas coerentes e "definitivas".

4

O aspecto mais saliente da transição democrática brasileira é subjetivo e situa-se no âmbito das relações cidadãos-política. Refere-se ao modo como a sociedade está vivendo a política enquanto relações de classes e enquanto universo simbólico. Muita coisa mudou no Brasil, mas a principal mudança ocorreu no modo como os cidadãos estruturam suas percepções do Estado e do poder e sua participação política.

Era de se esperar que, ao final das duas décadas de regime autoritário, a sociedade sentisse necessidade de apresentar-se politicamente a si mesma. As transformações pós-64 foram profundas tanto no nível econômico, quanto no social e no cultural: um ritmo intenso de industrialização, com pautas de produção e consumo similar àquelas dos países capitalistas avançados; um processo de urbanização sem precedentes na história brasileira; transformações capitalistas no campo, com a ampliação das chamadas "frentes de expansão" até os limites das fronteiras políticas brasileiras e, em alguns casos (Bolívia e Paraguai, principalmente), irrompendo pelo território dos países vizinhos tão intenso era o seu ímpeto; notável avanço dos meios de comunicação — rádio e TV principalmente, mas não só — que através de sistemas e equipamentos ultra-modernos passaram a alcançar e integrar todo o território brasileiro.

Sacudida pelos efeitos provenientes dessas — e de outras — transformações e trazendo consigo a experiência existencial de ter vivenciado os dramas da história política de duas décadas de governos militares e um processo de transição prolongado, seria ingênuo não imaginar que a sociedade apresentar-se-ia a si mesma impregnada de comportamentos novos.

Em outras sociedades ocorreram processos semelhantes de manifestações até

explosivas, densas emocionalmente, das energias políticas contidas por longos períodos. Quem se esquece da explosão que foram os encontros com a democracia na Argentina, em Portugal e na Espanha?

O destaque do subjetivo nestes comentários se prende, entretanto, não ao que existe de semelhante nos comportamentos políticos das massas nos processos de transição democrática em outros países, mas naquilo que é particular ao processo brasileiro. Refere-se, principalmente, ao fato de que a cultura política com a qual as massas se apresentaram no cenário da transição brasileira exprimiu um altíssimo grau de autonomia em relação às orientações — formas de participação e conteúdos — emanadas dos partidos e das organizações políticas. Há quem atribua o "novo comportamento político" da população brasileira a respostas quase mecânicas a outros "comandos". Corre nas universidades e nos partidos a tendência de localizar estes "comandos" nos meios de comunicação de massas. Parece-me, entretanto, que esse padrão de análise esconde, na realidade, uma dificuldade (incapacidade?) de perceber a história como movimento inédito da sociedade, preferindo-se considerá-la (a sociedade) como agindo exclusivamente sob ordens de super-atores onipotentes, de cujas orientações dependem todos os comportamentos e todas as decisões. Sem corresponder à realidade "real", mas apenas a uma construção imaginária do real, a análise simplifica-se, ao considerar poucos atores fundamentais, únicos geradores da História, sejam eles classes, partidos, líderes ou TVs. Outros elementos da sociedade e de seu movimento colossal e rápido em períodos de transição somente comporiam uma espécie de "campo histórico", onde, de sério e analisável, há apenas o movimento dos atores classificados de fundamentais e geradores de tudo. Somente neles se deve procurar a origem de todas as coisas, sejam símbolos, sejam comportamentos, sejam emoções.

É óbvio que estes atores fundamentais existem. Serão também tratados nestes comentários. O que não impede, entretanto, de reconhecer (racional e emocionalmente) que, fortunadamente para o Brasil, a sociedade compareceu na transição mesmo sem ter sido convocada ou convidada por nenhum "ator fundamental". E compareceu com conteúdos que os próprios atores, no interior do círculo do poder (seja nos partidos, no Estado ou nos meios de comunicação de massas) não previam e talvez sem que a própria sociedade conhecesse a extensão e a profundidade destes conteúdos dentro de si mesma. Como Melquíades, de Garcia Marquez, ela se assustou consigo mesma.

É sempre importante identificar os atores que contribuem de forma privilegiada para a construção das conjunturas e alcançar, se possível, suas determinações estruturais. Mas, no caso do Brasil, parece-me ingênuo, além de política e teoricamente inútil, não considerar a forma particular de gestação de comportamentos políticos coletivos em um contexto marcado pela fragilidade dos partidos políticos (legais e ilegais) e por um nível ainda incipiente de estruturação e agregação de interesses particulares ao nível da sociedade civil.

5

As alterações e rupturas no âmbito da cultura política no Brasil constituíram-se em um dos núcleos fundamentais da consistente análise do processo de transição política brasileira que Francisco Weffort oportunamente nos apresentou com o seu "Porquê Democracia?". Agora, creio ser necessário deter-se, em especial, sobre alguns aspectos que caracterizam (ou que estão em suas raízes recentes) esta nova cultura política emergente.

A herança do processo histórico brasileiro nos traz um conjunto de questões jamais resolvidas pelas frações das classes dominantes que se sucederam no poder. Muitas dessas questões remontam à era

colonial — a indígena, a agrária, a da participação política e dependência externa — e atravessaram todas as etapas históricas, articulando-se a novas questões. Amadureceram (algumas até "passaram") em uma sociedade onde o autoritarismo e o elitismo impregnavam todas as relações sociais, chegando até o ponto, que considero crítico, caracterizado pela incapacidade do sistema econômico atual de integrar — pelo menos ao nível da mera sobrevivência — grande parcela da população. Vive-se, no Brasil, um antagonismo real entre a organização da sociedade e a sobrevivência física da população, isto é, uma amplificação em forma aguda e dramática da contradição entre modo de produção e relações sociais sugerida por Marx.

Faz parte dessa herança histórica o fato particular de que somente uma parcela das chamadas classes populares — a classe operária urbana — alcançou, até 1964, uma participação política organizada, relativamente autônoma e estável. Foram intermitentes e limitadas geograficamente as eventuais demandas de participação política formuladas por outros segmentos e frações populares, tais como índios, posseiros, bóias-frias e habitantes das periferias metropolitanas.

Entretanto, em conseqüência de um longo e silencioso processo de mobilização social — não estruturada, ao nascer, como "política" — as classes populares iniciaram afinal sua participação organizada e relativamente autônoma, justamente durante os anos de autoritarismo (outro paradoxo?). Com a descoberta da prática de organização social e, em muitos casos, da própria política, por parte das classes populares, a política brasileira teria que se modificar profundamente, inclusive nos seus aspectos culturais. Tratava-se de imensas camadas sociais que até então se encontravam politicamente marginalizadas, dominadas culturalmente e que, no entanto, apresentaram-se nas lutas destes últimos 20 anos como sujeitos que, apesar de dominados, também

criam valores, os quais se combinariam em matizes ricos — até em emoção — com a cultura política da classe operária urbana-industrial e das classes médias urbanas (que também foram criadoras de valores no curso da transição).

A emergência de novos valores na cultura política foi, portanto, inevitável, como consequência da emergência de novos sujeitos políticos. Esses chegaram carregados de si mesmo, trazendo os elementos culturais de sujeitos dominados ideologicamente e, ao mesmo tempo, novos elementos característicos de sujeitos históricos em luta contra a dominação econômica, política e social, em transição pelo percurso histórico de afirmação de seus valores próprios. Foi, na realidade, um fenômeno distinto da "descoberta" da cultura popular dos idos de 60, através do CPC da UNE, com a construção de um novo teatro, uma nova música, um novo cinema e uma nova literatura. Antes, o fenômeno exprimia uma percepção de elite sobre o popular. Hoje, o popular emerge na primeira pessoa, sem que seja necessário descobri-lo porque ele se apresenta para se articular e se combinar com as percepções e elaborações culturais da elite.

6

Ao lado das modificações não negligenciáveis do sistema de valores, decorrentes de transformações estruturais profundas e daquelas transformações inerentes à própria construção histórica de sujeitos políticos novos, é necessário observar que este processo favorece a emergência de sujeitos políticos inéditos no Brasil republicano, seja porque estes sujeitos não existiam "estruturalmente" ou em densidade social relevante (os bóias-frias, os posseiros, etc.), seja porque existiam como grupo social, mas emergem agora, penetrando pela primeira vez na instância política da vida social brasileira (índios), seja porque, após quase sete décadas de existência subordinada no sistema político, emergem relativamente autôno-

mos em relação ao Estado e aos partidos hegemonzados pelas classes dominantes (movimento operário). Esses novos atores são parcial ou totalmente despojados do patrimônio histórico de uma própria tradição política. Possuem diante de si um enigma — o próprio processo — a ser decifrado. Em compensação, as forças reitoras do mesmo processo também não conhecem os novos sujeitos enquanto atores no cenário político, já que os conheciam somente enquanto massas a quem exploravam, consumiam e destruíam.

Essa emergência ocorre em uma sociedade onde as estruturas e mecanismos de representação política apresentam uma incapacidade histórica de estabelecer relações estáveis e estruturadas com as massas dentro de um perfil político e ideológico identificável pela sociedade (nem é possível afirmar que estamos no bojo deste processo de estruturação porque a crise "do político" se apresenta de forma mais ampla e com limites mais largos que os definidos pelas determinantes históricas da sociedade brasileira, expressas pela fragilidade das relações partidos/sociedade. Por crise "do político" entendo o esvaziamento da militância partidária, o desgaste (momentâneo?) dos modelos de militância oferecidos e da vontade de militância manifestada na sociedade. A questão é profunda, vai além de simples "correções" nas linhas políticas dos partidos, não se limita exclusivamente às universidades e classes médias urbanas e atingem todos os partidos legais e ilegais). A emergência política "ao largo" dos partidos é uma originalidade desta transição enquanto cria um campo de fértil desenvolvimento de uma participação pessoal e diferenciada, autônoma e original. Esta autonomia e originalidade são visíveis quando se considera algumas questões como:

1) As alterações da linguagem política. A "tradição" política brasileira consagrou a linguagem "parlamentar" como língua oficial da política, o politiquês (como era difícil aprender a falar em assembléias!).

A emergência de novos sujeitos trouxe consigo o português falado na sociedade civil, na vida real, para a política.² O “novo” simbólico é transitório? Tenderá a assumir as formas já codificadas que caracterizam o discurso e a prática política nas sociedades estruturadas e com larga tradição de participação política ampliada (Itália, Argentina, Chile, etc.)? Naturalmente, a participação política educa e transforma de modo permanente e simultâneo atores e o próprio processo político. Entretanto, imaginar que este processo eliminará as características originais que a participação política dos novos sujeitos apresenta no Brasil é imaginar a hegemonia de uma cultura política “formal” destacada da própria cultura dos sujeitos políticos reais e desconsiderar o impacto da etapa histórica atual. Entre a “tradição” (por exemplo, a língua política da elite) e a “ruptura” existirá certamente uma síntese que hoje ainda não é visível).

2) Mudanças na relação sociedade/símbolos pátrios. A população revogou com uma segurança notável a Lei dos Símbolos Nacionais que o autoritarismo impôs em 1964 e apropriou-se do Hino Nacional, da bandeira nacional e das cores verde e amarelo. Por duas décadas, pelo menos (na realidade, muito mais), estes símbolos estiveram revestidos de proteção por parte do regime, que inutilmente tentou que a população se subordinasse a eles em uma relação mágica, enquanto os mesmos deveriam exprimir uma dimensão “sagrada” da pátria. Visto sob outro ângulo, verifica-se que as próprias oposições se distanciaram destes símbolos como forma de distanciar-se do espaço sagrado da pátria definido pelo regime, para, simbolicamente, identificar-se com a pátria menos sagrada da sociedade, esta aliás aviltada e profanada permanentemente pelo arbítrio do regime. Entretanto, em poucos meses a população se apropriou dos símbolos sagrados e desinibidamente os incorporou em seu cotidiano e ao universo simbólico de suas lutas. Descobriu-se

— todo o país — que o verde-amarelo-azul é uma bela combinação de cores, que os acordes marciais do Hino Nacional são sonoros e bonitos e que as suas palavras são de uma poesia cujo conteúdo reflete as lutas do povo. Este comportamento reflete uma re-estruturação profunda do campo perceptivo de amplos setores da população. Os conteúdos neo-estruturados assumiram o papel de elementos cristalizadores de novas solidariedades, ao mesmo tempo que exprimiram a hegemonia do “democrático”.

3) A luta política pela democracia construiu seus hinos. Estes hinos não foram “marchas” políticas elaboradas pelas vanguardas organizadas com a finalidade de transmitir conteúdos políticos explícitos, mas simples e belas canções populares, compostas e gravadas para o mercado musical brasileiro, mas cujos conteúdos exprimiam toda a densidade do imaginário popular. A relação povo-artista-produção cultural-política foi intensa durante todo o período histórico do autoritarismo brasileiro. Desde “Caminhando e cantando” — “Para não dizer que não falei de flores” — de Vandré, passando por “Apesar de você” de Chico Buarque de Holanda, até “Coração de Estudante” e “Menestrel das Alagoas” de Milton Nascimento e Wagner Tiso, pode-se encontrar, na música popular — apesar da censura — e no comportamento político dos artistas, uma capacidade notável de exprimir, de representar, a percepção política da sociedade. Além da identificação de conteúdos, a repressão aos artistas certamente está na origem deste fenômeno, principalmente no que diz respeito a uma geração deles, formada nas lutas políticas dos anos 60. Outros elementos podem ser encontrados nessas origens, tais como: a fragilidade das instituições “orientadoras” da prática política; o lugar que a própria música ocupa na cultura brasileira; a linguagem, em português popular, que as canções apresentam e, muitas vezes, a identificação dos seus conteúdos com a própria história de

lutas de seus autores. A relação artista-prática política transformou-os em atores indispensáveis à própria ação política, gerando um estilo bem brasileiro de mobilização.

[Não é possível a descrição de todas as características simbólicas novas no processo político. Seria a própria descrição de todo o processo que, além de impossível, transcende os objetivos destes comentários e a competência de seu autor. Mas pode-se afirmar que os cidadãos — em sua grande maioria — se integravam às manifestações políticas no momento mesmo em que se vestiam e se preparavam para sair (em grupos de amigos, vizinhos ou em família ou ainda com companheiros de escola ou trabalho e não em seções ou colunas partidárias), exprimindo, já no portal de casa, a sua adesão à luta democrática. O uso de elementos como cartazes individuais, *bottons*, representações dramatizadas, instrumentos musicais — os mais distintos — tudo como produto da ação individual, ou ainda como resultado de pequenos grupos autônomos que não se constituíram numa instância política organizada, caracterizou as lutas democráticas nas últimas fases da transição. Estas características “autônomas” de participação criaram uma paisagem política distinta daquelas onde predomina a organização coletiva previamente decidida quanto à localização dos participantes, palavras de ordem, colunas, serviço de ordem, bandeiras, etc. etc. Estes elementos não estão completamente ausentes das manifestações brasileiras, mas não as caracterizaram.]

É necessário ainda observar que a emergência dos novos sujeitos se deu em nível nacional. Do Acre a Pernambuco, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, mesmo as pequenas localidades realizaram seus comícios pelas “Diretas já.”, festejaram a eleição em 15 de janeiro de 1985 e participaram de alguma maneira dos 38 dias de agonia do Presidente Tancredo Neves. O universo simbólico e a forma de participação tiveram um elevado grau de

hegemonia, com os pequenos e médios centros apresentando as formas, os conteúdos (novos) e os símbolos geradores nas grandes metrópoles do Centro-Sul, do Sul e do Nordeste. A percepção que a população possui dos novos sujeitos emergentes é também nacional, ou seja, ela os incorpora em sua estruturação do “político”. Nítido exemplo se pode extrair das eleições de 1982, quando o cacique xavante Mário Juruna foi conduzido ao Congresso Nacional, transformando-se no primeiro índio brasileiro a integrar o parlamento, com os votos da população do Rio de Janeiro. As mesmas referências são pertinentes em relação à questão do negro (Abdias Nascimento) e à questão feminista (várias candidatas eleitas). A legislação autoritária e restritiva do voto vinculado, assim como os limites legais às campanhas políticas — restringindo o acesso aos meios de comunicação, entre outras coisas — impediram que candidaturas que exprimiam a emergência de atores políticos novos pudessem ter sua percepção política por parte da população medida através dos resultados eleitorais.

7

Estas notas valorizam — às vezes em tons acentuados — elementos novos constitutivos da cultura política com a qual forças sociais consistentes estão marcando sua aparição na história política brasileira. A atenção é devida a um processo de estruturação do campo perceptivo da sociedade no que se refere ao poder, à política e à simultânea e correlata construção de novos códigos de conduta política. Interrogo-me se este fenômeno não exprime, na realidade, a re-estruturação da *minha* percepção política da sociedade brasileira, enquanto ela, na realidade, simplesmente se apresentou como era, como sempre foi, sem originalidades ou rupturas. Seria como um médico imaginar que a doença real de um paciente vai se alterando na medida em que alterar o seu diagnóstico. É uma pergunta antiga

nas ciências sociais e, em busca de uma resposta definitiva, a própria ciência avança, destrinchando a complicada teoria de relações existentes entre ciência e ideologia. Nesta balança, inclino-me sempre para o prato onde está o reconhecimento do novo e do inédito na consideração dos elementos culturais que florescem em uma sociedade com uma estrutura sócio-econômica de determinações às vezes tão velhas quanto o próprio país (basta pensar no latifúndio!) e que convivem tranqüila e solidamente articuladas a determinações novas, resistindo e sobrevivendo a momentos de intensa participação e até se reforçando nos silêncios políticos das longas ditaduras e domínio oligárquico que marcam a história deste capitalismo tropical, simultaneamente novo e velho, dinâmico e imobilista, avançado e atrasado.

Reconhecer a emergência de uma nova cultura política não deve significar o desconhecimento do "velho", da "tradição", mas a constatação de que o novo e o velho estão se articulando no bojo da transição em formas que surpreendem não só o observador participante, mas até a própria sociedade. Há alguns anos, o diálogo teórico e político no Brasil e no exílio — e, principalmente, entre quem estava "dentro" e "fora" — era dominado por um antagonismo (às vezes radical) entre aqueles que consideravam que no Brasil político tudo era "novo", baseados em indicadores das mudanças estruturais ocorridas na economia, na sociedade e nas relações entre cultura e política nos anos do autoritarismo, e aqueles que consideravam que o "velho" era o permanente e que — principalmente ao nível da cultura política — os elementos aparentemente novos se dissolveriam quando surgisse a democracia, ocasião na qual o país retomaria suas antigas questões, no novo contexto sócio-político e econômico, mas fiel às suas antigas lendas, lideranças e mitos. Uma questão importante era a avaliação do peso que haveria no processo político a memória histórica nacional. Esta discussão voltou

a assumir um lugar de destaque por ocasião do retorno dos exilados e durante o processo de rearticulação partidária, em torno das possibilidades e viabilidade de um projeto trabalhista. Hoje a questão parece — fortunadamente — superada em definitiva. Ambos estavam certos e errados. Difícil, entretanto, é (e será) o trabalho analítico de compreender as proporções e as densidades respectivas de cada um na síntese resultante.

Ainda mais difícil é politicamente prever os seus resultados e, neste caso, o teste eleitoral de 1982 não pode ser considerado o único campo analítico para inferir as proporções, as valências, com as quais "velho" e "novo" integram a cultura política da sociedade. Esta síntese deverá ser mais visível de agora em diante e, com mais clareza, nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1986.

8

Na realidade, o inédito, principalmente em comportamentos coletivos, é familiar à sociedade brasileira, que o exercita carnavalescamente todos os anos, estruturando em formas e conteúdos surpreendentes o seu imaginário.

[Também no carnaval as escolas não fazem ensaios coletivos com fantasias. O desfile não apresenta o resultado de uma prática ensaiada. Existe só uma tênue estrutura organizativa que atravessa toda a escola. É nestas condições que ela se forma pela primeira vez na própria avenida e se vê, se sente ao mesmo tempo que é vista e sentida pelas multidões. Esta característica integra o núcleo central da magia deste espetáculo que é reconhecidamente uma das mais belas e estimulantes manifestações de cultura popular do planeta.]

Desde a campanha pelas "Diretas já" até os funerais de Tancredo Neves, a sociedade apresentou em seus espetáculos coletivos — políticos ou culturais — uma permanente troca e integração de elementos simbólicos entre a política e o carna-

val e às vezes o futebol, mas principalmente entre os dois primeiros, em um modo que não despolitizou a política e nem descharacterizou o carnaval (cujos enredos em 1985 foram quase todos políticos e alguns até conjunturais). A prática continuada de organização de espetáculos coletivos onde predominam a invenção e o inédito certamente está relacionada com o modo como as massas transformaram em espetáculos emocionantes, belos e espontâneos os grandes comícios, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral (Brasília) e os funerais do Presidente. A cultura política de um povo relaciona valores e formas organizadas. Está aí, na substância desta relação, a importância dos valores proclamados e sentidos em manifestações com formas e símbolos que se estruturaram e ganharam novos significados. Não me parece reversível, desmontável até, este conjunto simbólico que hoje exprime a emergência política da sociedade brasileira. Óbvio está que este conjunto se modifica no dinamismo da história, mas não me parece possível retroagir ao "velho", mesmo considerando a gigantesca capacidade de manipulação de que dispõem os grupos sociais dominantes. Um exemplo de transformação se pode verificar sob os nossos olhos com a disputa — em curso — pela interpretação dos conteúdos do mito Tancredo Neves.

9

A transição possui uma agenda extremamente complexa, que vai além — muito além — da reorganização liberal-democrática das instituições políticas. "Muda Brasil" e "Diretas já" possuem um denso significado social. Desde os índios, na luta pela demarcação de suas terras, passando pela reforma agrária, pela classe operária em luta pela autonomia sindical, pela redução do horário de trabalho, estabilidade e nova política salarial e chegando até as lutas dos médicos e professores universitários, existe um imenso leque de reivindicações consideradas fundamentais pelos distintos setores, populares e de

classe média. As demandas dos grupos dominados exigem transformações profundas, tanto da estrutura e bases do Estado, quanto na organização produtiva e na distribuição da propriedade agrária.

Não obstante esta complexidade, é nítida a direção que as correntes políticas liberais exercem sobre o processo e é indiscutível a hegemonia de conteúdos liberais nos objetivos políticos considerados possíveis de serem alcançados a curto e médio prazo. A Nova República é liberal, ainda que não exclusivamente. O núcleo principal das questões políticas da transição democrática brasileira encontra-se na pauta de demandas sociais, que desenha um mosaico de lutas difíceis e duras, mas confinadas em uma especificidade fragmentária e orientadas principalmente por elementos teóricos que exprimem uma percepção parcial (quase corporativa) do social.

O discurso político das vanguardas destas lutas populares parecia — até mesmo em momentos políticos recentes — antagonizar-se com um projeto liberal e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) até hoje não concluiu o processo de digestão da inevitabilidade de uma Constituinte para uma reorganização institucional do Estado. Antes das grandes mobilizações políticas recentes, era possível perceber as lutas sociais que ocorriam pelo país como possuidoras de uma espécie de "campo de força" teórico e ideológico que as isolava da temática referente à construção de um estado liberal-democrático. Por muito tempo, as chamadas vanguardas consideravam como inviáveis lutas populares por objetivos políticos gerais.

10

A emergência e a consolidação da hegemonia política liberal foi analisada por Francisco Weffort, que aponta as suas origens no pós-68 — quando seus conteúdos surgem no cenário político, trazidos às vezes por dissidentes do regime — e a sua consolidação durante o lento processo de controle do medo e construção da so-

cidade civil como sujeito político, a partir das relações moleculares, submersas no cotidiano da resistência ao autoritarismo.

Esta hegemonia assume contornos políticos definidos quando se acelera a crise e a posterior decomposição do sistema de poder autoritário e estrutura-se em projeto quando emerge plenamente a construção política de Tancredo Neves, a mais avançada já produzida pelo liberalismo brasileiro, que pode ser simplificada pelo trinômio: pacto político de sustentação à transição, pacto social extenso que incorpore interesses de amplos setores dominados para legitimar o novo regime e constituinte para reorganização do Estado.

[Estas orientações nunca foram ausentes do discurso e da performance política do líder, mas vão assumir os termos claros de uma proposta política nova somente a partir de 1982, quando Tancredo assume o governo de Minas Gerais. Em seguida avançam na realização do Acordo de Minas e são apresentadas ao país, de corpo inteiro, no Compromisso com a Nação, o manifesto da Aliança Democrática.]

Como já vimos, esta construção política transformaria Tancredo no ator principal do processo de transição, em "uma entidade própria, uma instituição, dada a soma de apoios que construiu", como o definiu, em recente entrevista, um seu ilustre adversário político.³

A hegemonia liberal é real, mas está vinculada a um projeto onde também é real o seu compromisso com a mudança, condição sem a qual suas propostas se desvincularão das energias políticas que impulsionaram a transição e que se encontraram fora do pacto político entre os frágeis partidos da Aliança Democrática. Estas energias se encontram na sociedade e não são disciplináveis ou comandáveis por redes estruturadas de fidelidades políticas. A ausência destas redes (que constituem os partidos políticos) vem preenchida pela liderança e pelo mito Tancredo

Neves — que se transformou — vivo e morto — na substância que orienta a articulação entre os dois grandes sujeitos da transição política brasileira: as elites e as massas, que se encontraram no território político comum constituído pelo consenso mínimo sobre o espaço e as regras políticas necessárias ao pluralismo, às divergências e às disputas, enfim, pela democracia representativa, com explícitos compromissos de transformação de alguns nós gerados pela estrutura sócio-econômica e política do país.

A importância do papel político de Tancredo (e também o significado de sua ausência) está no fato de que a sua liderança dava-lhe as vestes de reitor e magistrado deste encontro histórico, assegurando a seus protagonistas um lugar correspondente às suas possibilidades políticas, nos marcos de um liberalismo reformista. O projeto liberal hegemônico está escorrendo pela história, carregando a ausência do seu líder, mas condicionado por seu mito.

As massas criaram seus comportamentos políticos coletivos na ausência de estruturas — principalmente partidos — geradoras de orientação sobre suas formas e os conteúdos. Essa circunstância tem levado a uma imprevisibilidade sobre o comportamento político da população, por parte tanto das estruturas orientadoras existentes quanto dos meios de comunicação de massa. A história nos mostra o contrário do que dizem os que acreditam que as mobilizações foram reflexos a comandos. Dois exemplos bem o demonstram:

— As eleições de 1982 no Rio de Janeiro. Os meios de comunicação de massa, por vários meses, apresentaram a campanha eleitoral polarizada em torno de duas candidaturas, Miro Teixeira e Sandra Cavalcanti. Essa era a percepção dos partidos e dos especialistas em matéria de opinião pública e envolveria, em consequência, um uso dos meios de comunicação direcionado para isso. As eleições apresentaram o surpreendente resultado da elei-

ção de Leonel Brizola, tendo em W. Moreira Franco o segundo mais votado.

— Os funerais do Presidente. Na noite de 21 de abril de 1985, após o falecimento do Presidente, um clima fúnebre — como se esperava para a ocasião — dominou os conteúdos dos meios de comunicação de massa e as declarações dos políticos. Decidiu-se por trasladar o corpo de Tancredo a Brasília às primeiras horas da manhã (9h30m). O falecimento, recorda-se, ocorreu às 22h23m. No meio da noite, foi divulgado o trajeto para que a população tivesse a possibilidade de exprimir seu “silêncio” e sua “dor” pela perda sofrida e prestar suas últimas homenagens a Tancredo. Não houve tempo nem possibilidades para que se estruturasse ou se organizasse qualquer forma diversa de participação popular. O poeta e escritor Affonso Romano de Sant’Anna, na TV, resumia — para milhões de brasileiros perplexos — o que efetivamente parecia ser o sentimento nacional: “nos preparamos para uma festa e nos encontramos em um funeral”. Na manhã seguinte, milhões de paulistas já saíram de casa vestidos não de preto, mas de amarelo (cor que predominou), com bandeiras, cartazes e faixas. Aplaudiram o funeral, cantaram e criaram palavras de ordens de luta, organizaram-se em bate-dores de bicicleta e motos, ocuparam as ruas e — literalmente — apoderaram-se dos funerais em uma das mais grandiosas manifestações políticas da história do país. Predominou, em meio a lágrimas, o clima de luta, o clima de vitória dos conteúdos democráticos. O “paradoxo” (?) dos aplausos à morte era a moldura visível da apropriação que as massas realizaram sobre o mito. A partir daquela manhã em São Paulo, os funerais do Presidente que não governou assumiram um caráter novo, no qual as pompas fúnebres oficiais e as honras militares foram dimensão secundária em um cenário onde as massas foram sempre o ator principal, fossem em Brasília, em Belo Horizonte ou em São João del Rey.

A cultura política, com seus elementos “novos” e “velhos”, exprime-se de forma explosiva neste período de superação do autoritarismo, mas encontra-se ainda em fase de estruturação dos valores, símbolos, códigos e modelos.

[Quais as tendências desse processo? Será permanente ou transitório a fragilidade atual dos partidos como instâncias organizadoras de conteúdos e práticas políticas? A “autonomia” — berço do “novo” — é uma decorrência dessa fragilidade e se dissolverá em uma nova relação Estado-sociedade do tipo populista como no passado, ou em formas novas mas que produzirão efeitos similares? A espontaneidade e um certo nível de “carnavalização” da política é uma etapa “pré-política” ou um modo permanente do “ser político” da sociedade brasileira? Certo é que as relações partidos/sociedade se modificarão muito e rapidamente com a prática da democracia, com a legalidade das esquerdas e com uma nova e eminente re-articulação partidária. Em qual sentido estas relações se transformarão? Vão se aproximar mais dos modelos de sociedades politicamente bem estruturadas, como as democracias européias ocidentais, ou no sentido de relações frouxas e quase só “eleitorais”, mantendo (e ampliando) a sólida organização da sociedade civil, como nos EUA? E, por que não, a maior de todas as interrogações: será democrática a Nova República ou é possível haver retrocessos políticos? Os elementos autônomos libertários e espontâneos de hoje poderão servir de base para estruturação de consensos para futuros modelos de dominação autoritários? São todas interrogações relevantes que possuem, em comum, o fato de não poderem ser respondidas com clareza, ou de possuírem não uma, mas milhões de respostas claras, o que no fim é igual.]

A participação popular destes 18 últimos meses no Brasil relativizou — e se pul-

tou em alguns casos — interpretações do processo de transição que consideram as elites ou o poder, ou ambos, como os sujeitos que planejaram, organizaram e dirigiram o processo. Relativizou também as interpretações que se baseavam na existência do tal “campo de força” ideológico que protegia o Movimento Popular de hegemonias liberais. O processo de transição não permite nem estimula euforias “populares” ou “basistas” que conduzam ao vislumbre de uma próxima hegemonia popular na política brasileira.

Em primeiro lugar, essa questão está intimamente ligada à questão da organização política, que somente agora poderá ser equacionada de forma estável, quaisquer que sejam as orientações que se darão na evolução das relações partidos/sociedade.

Em segundo lugar, porque é necessário operar uma distinção entre mobilizações populares e Movimento Popular organizado.⁴ Não obstante as mobilizações tenham apresentado uma amplitude social e um volume até então desconhecido no Brasil, incorporando à política inclusive adolescentes e crianças, o Movimento Popular organizado, enquanto instância permanente e mais estruturada da participação (ainda que não seja diretamente política), é ainda acanhado em comparação à população do país. A participação popular no processo possui ainda uma dimensão provisória. Esta provisoriedade está relacionada com os seguintes fatos:

a) O processo de agregação de interesses em instâncias organizadas é ainda modesto em relação aos respectivos grupos sociais e heterogêneo quando considerados os diversos segmentos das classes populares e médias. É necessário que o processo de reprodução das estruturas organizadas (sindicatos, associações, etc) sofra um vigoroso impulso de expansão horizontal. É ilustrativo, neste último caso, o baixo grau de sindicalização e participação sindical apresentado pela sociedade brasileira, mesmo quando são consideradas as categorias profissionais mais avançadas;

b) A participação ocorre em um contexto de unanimidade política anti-autoritária, que tem impedido um confronto entre frações organizadas e mais conscientes das classes populares e médias, e frações destas mesmas classes, mobilizadas a partir de posições ideológicas distintas ou mesmo antagônicas. O confronto político se deu no quadro das contradições entre Estado e a sociedade. No cenário criado por este confronto, apresentaram-se apenas superficialmente as contradições ideológicas e políticas existentes na sociedade e mesmo entre trabalhadores. Terminada a etapa da unanimidade em torno do consenso democrático, esta participação entrará em um terreno histórico novo, onde se descobrirá na sociedade civil uma sociedade de classes⁵ e, mais ainda, acrescento, uma sociedade pluralista do ponto de vista, ideológico, com divisões não somente horizontais — de classes — mas também ao nível das idéias, valores, projetos e propostas, agregando classes sociais distintas.

Em terceiro lugar, é necessário considerar que, embora a participação popular apresente valores, códigos e formas novas, este fato não está indicando que estes elementos culturais são críticos e nem que pertencem a um só universo político e ideológico. As formas de participação popular surgidas no processo de transição efetivamente possuíam — e possuem — o segredo de explicitar e estimular a estruturação e a expressão de elementos da cultura popular. São assim as CEBs, as Associações de Moradores e o “novo” movimento sindical que amadureceu nos anos do autoritarismo. Todas estas instâncias surgem ou se reativam em um tecido social extremamente móvel, jovem e dinâmico, que vai encontrar no “simbólico” um terreno de grande efeito agregador e ao mesmo tempo favorável à estruturação e à emergência de novos conteúdos. Entretanto, nem as estruturas de organização encontram-se livres de elementos autoritários (que estimulam práticas manipulativas), nem os “novos” conteú-

dos, pelo fato de emergirem do "popular", da "base", das classes dominadas, são orientações eficazes para práticas políticas transformadoras. A propósito da questão — que se constitui núcleo político-ideológico de um certo "basismo" existente na política brasileira, sempre criticado e sempre praticado — prefiro as palavras de Fernando H. Cardoso quando considera que, "nas sociedades de classe, a ideologia das classes dominantes e a prática da dominação marcam os dominados na sua subjetividade (não apenas ao nível do discurso), na sua visão do mundo e os mutilam dos saberes necessários à liberdade. Sendo assim, a "boa consciência" não é a "consciência ingênua" ou espontânea, mas a consciência crítica que há de dar conta dos problemas gerais que afetam a sociedade".⁶

12

Entre os conteúdos da transição democrática brasileira, encontra-se, ao lado das aspirações de mudanças políticas e econômicas (Muda Brasil!), um forte núcleo moral e ético. Nas duas décadas de autoritarismo, a corrupção terminou por assumir formas institucionalizadas — algumas chegam a parecer legais tão extensa é sua prática — e difusas desde o vértice do Estado até o último guarda de trânsito. Este processo provocou uma erosão nas relações cidadão-poder público que deixou marcas profundas na sociedade brasileira e alcançou limites extremos, beirando e penetrando — em muitos momentos — no campo da desobediência civil. A violência de uma política fiscal absurda — através da qual "visivelmente" os cidadãos financiavam a corrupção e mordomias escandalosas, ao lado de uma distribuição iníqua dos recursos públicos, com favorecimento claro e reconhecido a grupos de privilegiados, conduziu a sociedade a viver em forma profunda e acelerada uma sua versão da crise de legitimidade do Estado Nacional e do poder político em geral.

As dimensões da corrupção, cujas cifras aparecem amplificadas pelo cresci-

mento vertiginoso da inflação, transformaram os números dos escândalos financeiros em verdadeiras fábulas, aos olhos de uma população cuja condição de vida se deteriora a cada dia.

O processo de apropriação dos recursos públicos por parte do grande capital teve seu equacionamento teórico nos trabalhos de O'Connor.⁷ Uma interessante aplicação ao Brasil da análise da "crise fiscal" foi realizada por Herbert J. de Souza e C.A. Afonso.⁸ Importante, porém, é observar que, nas suas condições brasileiras — articulada a uma corrupção gigantesca —, a questão da apropriação dos recursos públicos, "normal" (?) no capitalismo, provocou um desgaste moral — em níveis extremos — nas relações Estado-sociedade.

Observando sob uma ótica mais global, isto é, das relações do Estado com o conjunto da estrutura social brasileira, pode-se interrogar sobre qual ética se baseia um Estado que se fortalece para entrar em guerra contra a própria sociedade (que, ao menos formalmente e mesmo com grandes exclusões, o instituiu). Qual ética orienta o Estado que se transformou em instrumento de domínio violento de uma restrita minoria sobre um conglomerado imenso de classes sociais, impondo uma política de concentração de renda que levou mais de 50 milhões de membros da sociedade a viver (ou morrer?), em estado de fome permanente? Qual é a ética de um Estado que renuncia ao exercício da "soberania" de sua sociedade e pratica em modo sistemático e vergonhoso a subserviência ao capital estrangeiro? Um Estado que financia e promove, com consciência, uma política de concentração da propriedade fundiária — em um país já dominado pelo latifúndio! —, com expulsão violenta dos ocupantes das terras, jogados, assim, na miséria mais absoluta e no desespero? Que ética conduz um Estado que institucionaliza a tortura — esta forma absurda de repressão — nas relações com seus opositores, supostos ou reais? Que promove, consciente e deliberadamente, o

extermínio das tribos indígenas? Que optou, na última seca do Nordeste, conscientemente, por soluções que, sem nenhuma "mágica" ideológica, podem ser classificadas como genocídio premeditado?⁹

Óbvio está que o Estado não é uma entidade abstrata e que o sistema de poder autoritário possui suas bases sociais — internas e externas — que iniludivelmente são cúmplices e simultaneamente promotoras e beneficiárias deste processo. No entanto, a rede de cumplicidades foi sempre restrita em relação às dimensões da sociedade brasileira e não deve ser considerada estaticamente. Possui um vigoroso dinamismo, restringindo-se e ampliando-se no curso da história do autoritarismo. Da frente de forças sociais que apoia o golpe militar em 1964 ao repudiado grupo malufista que representou o autoritarismo no Colégio Eleitoral, registra-se uma longa história de adesões e rompimentos.

A história do autoritarismo pode ser vista também como a história da contraposição moral do Estado com os valores que a sociedade brasileira demonstrou possuir. Essas contraposições assumiu a forma de antagonismo explícito quando a sociedade assistiu perplexa, indignada e amedrontada até, a ascensão política e a campanha presidencial de Paulo Maluf, baseadas na "ética" do regime, reproduzindo e explicitando, na sua trajetória, os mesmos processos, os mesmos mecanismos que consubstanciavam os valores que orientavam o exercício do poder.

A prática do ilícito e da corrupção no quadro assinalado começou a desmoronar-se sobre si mesma quando contradições econômicas, políticas e ideológicas conduziram à decomposição desse sistema de poder — no bojo da crise brasileira e internacional — o que se acentuou com o aproximar-se da sucessão presidencial. É em função da luta política que informações filtradas através de obscuros canais do *sottobosco* do regime permitiram que a imprensa anunciasse a mais espetacular

série de escândalos financeiros da história do país, que envolveriam diretamente o vértice do Estado e seus serviços de informações.

O sistema de poder autoritário entra na fase final de sua existência antagonizando-se não só com a sociedade (o que já ocorrera há muito tempo), mas com suas próprias bases, do PDS. Para concorrer ao Colégio Eleitoral, o então Vice-presidente Aureliano Chaves foi (inúmeras vezes) considerado "muito ético" para assumir a direção política do sistema. Ser ético — o que a sociedade considera um valor positivo — foi transformado em uma "desvantagem" política pelo antigo regime.

Neste contexto, vai se transformar em uma saliência da transição democrática a explicitação da moral e da ética nos conteúdos do movimento popular e democrático. A sociedade civil foi responsável, através de suas práticas e opções — muitas vezes consideradas politicamente "ingênuas" —, por dois processos simultâneos: por um lado, através do seu antagonismo moral, além do econômico, político e ideológico, impediu a decomposição da sociedade, proposta pelas práticas estatais; por outro, definiu, com os conteúdos de suas lutas, conteúdos éticos e morais que forçosamente deveriam integrar qualquer projeto político democrático. Mais do que o programa da Aliança Democrática, a liderança de Tancredo Neves iria recolher e dar formulações políticas à questão moral que integrava a política brasileira. Haver procedido à incorporação desta questão permitiu que um programa de transição liberal, formulado e construído politicamente no âmbito de uma conciliação de elites, alcançasse um elevado grau de legitimidade. A articulação da transição política com o que denomino de questão moral é "um" dos elementos explicativos da quase unanimidade política em torno de Tancredo Neves.

A presença da questão moral em qualquer projeto de transição democrática foi uma imposição simples e objetiva da

sociedade e, sem incorporá-la, nenhum projeto se legitimaria. Assim, com uma postura política completamente diversa da que tinha quando governou o Brasil em 1961 como Primeiro Ministro, Tancredo incorporou a questão no projeto político das elites conciliadas em um modo tal que, mesmo na sua ausência, elas (as elites, com graus variáveis de complicidade) permaneceram solidamente amarradas (quase prisioneiras) a esta incorporação. A liderança de Tancredo passou, então, a exprimir com fidelidade aquilo que a sociedade civil era e como ela via a si mesma. Essa relação, que é política e que marcou profunda e definitivamente esse momento da história brasileira, é mais nítida (e bela) se a observarmos pelo lado da psicanálise.

“Os ideais de mudança se enraizaram na figura do presidente eleito. Ele foi o suporte de uma esperança quase insuportável. Tancredo foi a encarnação do desejo de toda a Nação brasileira. Este desejo, por sua vez, estava bastante maduro para que Tancredo Neves fosse amado, não como um líder grandioso, mas como expressão da verdade republicana, como um exemplo das virtudes cotidianas sem as quais nenhum progresso verdadeiro é possível. O prestígio de Tancredo foi mais simbólico do que imaginário, para usarmos a linguagem da psicanálise. Ele não encarnou o Eu Ideal das massas, primitivo e onipotente. Ao contrário, representou o Ideal do Eu delas, os valores democráticos prezados e considerados necessários ao momento.

Tancredo tornou-se um símbolo muito ligado às virtudes evangélicas. Como figura, está mais próximo dos pobres do que dos ricos. Passou a simbolizar, para o povo, aquilo que cada homem do povo tem de melhor, à mão, prestes a poder se exprimir na vida cívica.”

(Hélio Pellegrino, psicanalista, escritor e poeta, Jornal do Brasil 15/5/85).

Não se deve, entretanto, menosprezar os efeitos do continuado e persistente

exercício do poder nas condições referidas sobre a sociedade.

13

A transformação da questão moral em questão política, importante na transição, possui raízes recentes e longínquas. Destacarei algumas delas: a luta armada, o papel da sociedade civil, as mudanças na Igreja Católica e a luta política dos índios:

a) A luta armada

A partir da anistia e do retorno dos exilados, tem ocorrido um interesse crescente pelo período marcado pelas lutas de 1968, que levaram ao desaguamento na luta armada de grande parte das esquerdas brasileiras. A questão geralmente tem sido tratada através de memórias sobre o referido período e de análises críticas das políticas formuladas e de seus pressupostos teóricos. Parece-me, no entanto, que o trabalho de revisão — teórica e política — desta opção das esquerdas brasileiras ainda está por se fazer. Certamente ocorrerá agora, com a nova condição de democracia e de legalidade das esquerdas, quando se estará livre dos impedimentos políticos que bloqueiam esta revisão.

No seu último trabalho, F. Weffort já retoma o tema, destacando dois aspectos relevantes: a “autonomia” da prática política das esquerdas revolucionárias em relação aos códigos tradicionais de conduta da cultura política hegemônica e a criação de circunstâncias que contribuiriam para uma hegemonia liberal na transição. Os fatos políticos do período podem ser considerados por outro ângulo de aproximação, indagando-se sobre o impacto moral provocado sobre a sociedade por este gesto extremo de uma fração da sua juventude e analisando-se a contribuição que dará para a avaliação ética que a sociedade fará do regime.

Não é necessário ter vivido próximo ou dentro das esquerdas revolucionárias para se conhecer a clareza transparente, a pureza e a autenticidade que marcavam os conteúdos daquela opção em mentes e co-

rações frescos, alguns apenas saídos da adolescência. É ilusório imaginar que uma sociedade como a brasileira — onde a paixão existe — não tenha sentido os efeitos provenientes desta opção política, realizada sobretudo por jovens em um país de jovens.

Poderia ser diferente? Poderia estar insensível a esse impacto uma sociedade que havia conseguido enxergar uma região histórica de possibilidades de transformações democráticas profundas (netre 1961 e 1964) e que se descobre manipulada e depois derrotada pelo golpe e pela ditadura militar que o seguiu? Uma sociedade que se encontrava, portanto, desmoralizada, e punida tanto pelos rigores da repressão que acompanhou a “consolidação” do regime quanto pelos impactos negativos da recessão econômica (a primeira em muitos anos)? Estaria insensível uma sociedade que assistia seus filhos oferecerem suas vidas a uma luta política cujos conteúdos eram exclusivamente relacionados a mudanças políticas e econômicas, renunciando a outras satisfações possíveis, fossem elas afetivas, materiais, culturais, a futuros em geral promissores — a julgar pela extração universitária da maioria — para se dedicar, como “opção existencial”, à realização de uma “revolução” e a combater a ditadura que dominava (quase) todos? Poderia a sociedade brasileira — naquelas condições em que se encontrava — permanecer insensível a este gesto “moral” de seus jovens membros?

Aprendi na Itália, estudando a resistência *partigiana* e participando de suas comemorações, que as sociedades se levantam com as suas forças e sobre os pés de sua própria dignidade quando seus filhos — com quaisquer resultados políticos — erguem-se contra as tiranias. A história de todos os povos diz o mesmo. O êxito político não é sempre a substância do impacto que as lutas provocam na sociedade (tipo: vitória = positivo e derrota = negativo).

É necessário situar a luta armada (1969-1973) no contexto do período,

que ela mesma contribuía para dinamizar na direção da tragédia. Foi uma resposta política à ditadura, que replicaria com a institucionalização da tortura, assassinatos, desaparecimentos e constituição de bandas armadas com os recursos políticos e materiais do Estado. Uma censura severa seria imposta para que não se conhecesse o gesto político de rebeldia dos cidadãos e a barbaridade das respostas do Estado. A repressão (onipotente e onipresente) e o medo (depois vencido) davam densidade ao clima político do período. Como foi o subjetivo no cotidiano daqueles anos? Temos poucos trabalhos sobre a sociologia do cotidiano daquele tempo terrível, diferentemente do que ocorre no Chile, onde muitos cientistas sociais tratam do tema, sendo que entre nós só são conhecidos os trabalhos de Ximena Barraga¹⁰. Hoje é evidente — *a posteriori* é fácil identificar — que se vivia e se sentia algo mais (e distinto) que a derrota, a desilusão e o medo. Este algo distinto pode ser encontrado na imprensa “nanica”¹¹ e em articulações moleculares na sociedade civil de onde se partiria para a reconstrução do “político” através do controle do medo, como mostrou F. Weffort.

A crítica às teorias políticas da esquerda revolucionária — necessária — não pode esconder ou fechar-se ao fato de que os atos praticados produziram um impacto moral sobre a sociedade. [Qual os efeitos sobre a sociedade da troca de prisioneiros com a Junta Militar? Qual efeito produziu na sociedade assistir velhos e jovens opositores serem banidos, quando este gesto lhe recordava o degredo, a época colonial e a Conspiração Mineira? Que impacto produziu na sociedade a descoberta desses valores e dessas energias em seu próprio seio?].

Certamente estes impactos não foram globais, isto é, não alcançaram toda a sociedade. Entretanto, não me parece sustentável a determinação estrutural pela qual apenas as camadas médias receberiam estes impactos por ser esta a extra-

ção de classe que dominava na esquerda revolucionária. É suficiente considerar que: i) a qualidade da resposta da ditadura globalizou o fenômeno, já que atingia todos e todo o país (ponto central da crítica política aos grupos revolucionários); ii) todos os grupos que se relacionavam de alguma maneira com a política — fossem eles populares ou das classes dominantes — tiveram um certo grau de articulação consciente — de apoio, de simpatia ou de crítica — com a questão; e iii) as reações do Estado à luta armada atingiram duramente um grupo social que possui (no Brasil) uma grande influência sobre o comportamento político da sociedade e de onde tinha saído grande número de quadros revolucionários. Trata-se dos grupos ligados à produção cultural — jornalismo, música, teatro, TV, literatura, universidade, etc. — que se concentram nos principais centros urbanos do Centro-Sul e que em nenhum momento deram trégua política e moral à ditadura. Tanto foram atingidos por suas vítimas “diretas” (do conflito Estado-guerrilha) quanto pelos rigores da repressão e censura a esse exercício profissional.

O impacto moral foi mais intenso na medida em que não foi percebido pelas esquerdas revolucionárias. A questão era até considerada como um sub-produto, inevitável mas não desejado, da ação política, já que não se compunha com os modelos ideológicos. A própria incorporação de segmentos sociais de apoio à lógica da ação política revolucionária tinha suas explicações baseadas na quase exclusiva “determinação estrutural” (quantas vezes mecânicas e pobres!), isto é, nas contradições específicas destes segmentos sociais com a estrutura do capitalismo brasileiro (que também existiam).

b) O papel da sociedade civil — instituições e atores

Quase na seqüência histórica do processo da luta armada, mas em muitos casos simultaneamente a este, assiste-se no Brasil a uma espécie de agigantamento

de algumas instituições e atores políticos que comparecem na história da luta democrática no capítulo do renascimento da sociedade civil. É um processo bastante conhecido, seja pela legalidade permanente e o alto grau de institucionalização existentes nas organizações e entidades sujeitas deste processo, seja pela notoriedade dos atores individuais que nelas se destacaram. Trata-se do papel de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), assim como organizações profissionais de economistas, de engenheiros, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), dos impactos morais que as mesmas provocaram na sociedade e dos valores que incorporaram à luta democrática por sua ação de denúncia e pelo enfrentamento sustentado com a ditadura, em forma permanente, independente dos riscos a que se submetiam seus dirigentes e figuras representativas.

Existiu sempre um fio moral visível que ligava a OAB à ação de cada advogado (quantas vezes impossível e inútil!) em cada auditoria militar, delegacia, quartel e tribunal. Um fio inatingível por sua densidade moral, que se reforçou a cada golpe repressivo e que serviu também de condutor para que a coragem e as energias existentes em cada ação, mesmo periférica, alimentasse a instituição que buscava o direito nas trevas do arbítrio.

O mesmo processo, registra-se entre os jornalistas, economistas, sociólogos, músico, etc. A luta política, a defesa da democracia, mas sobretudo o enfrentamento moral com o regime, notabilizariam figuras como Barbosa Lima Sobrinho, Raymundo Faoro, Seabra Fagundes, Chico Buarque de Holanda, Maria da Conceição Tavares, F. H. Cardoso, F. Weffort e muitos outros. Não são freqüentes processos democráticos nos quais sobressaem, como aqui, tantos cientistas sociais que, também a partir do “profissional” — e não só por militância partidária —, a partir de situações como seminários, cursos, simpósios, etc., desempenham um papel políti-

co tão importante. Certamente este papel não decorre exclusivamente da competência das críticas, mas está ligado também à afirmação de valores e à firmeza moral que o enfrentamento exigia e que a sociedade civil demonstrou possuir. O papel que a SBPC desempenhou no Brasil, os valores que exprimiu no compromisso da ciência com a justiça, a liberdade, a honestidade e os direitos humanos, não são facilmente encontrados em todas as associações científicas. Foi conduzido no Brasil um enfrentamento moral e político no campo das relações ciência/ética. Os acontecimentos de massa nos quais se transformaram os encontros anuais da entidade (e o apoio que recebeu de toda a sociedade) são reflexos do impacto social deste enfrentamento, além de exprimir com clareza as relações entre oposições e cultura política nesta sua emergência como sujeito político novo.

Essas siglas da sociedade civil não foram somente lugar de passagem da "ação política", provisoriamente impossibilitada de desaguar no seu "verdadeiro" (?) leito, os partidos políticos. Significaram processos institucionais originais e geradores de valores para a cultura política do Brasil democrático.

c) As mudanças na Igreja Católica do Brasil

A Igreja do Brasil foi, entre todas, a instituição que mais se transformou na história da oposição ao regime e também é aquela cujas transformações mais diretamente influem na consistência política e cultural e na amplitude social da oposição democrática brasileira. Os resultados dessas transformações — às quais pude me dedicar como pesquisador nos anos 1979/80 — são profundos¹², complexos e problemáticos para a Igreja e para a sociedade brasileira, com reflexos políticos visíveis, em nível nacional, desde o início dos anos 70, mas principalmente a partir de 1974. A importância desse processo pode ser avaliada através da consideração de suas características mais significativas, como:

1 — O processo de "reorientação institucional" que terá como conseqüências mudanças substantivas no que se refere à:

- i) estrutura da organização, que passa a ter nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pastorais suas bases dinâmicas, ao contrário das paróquias do passado;
- ii) a sua base social ativa, que passa a ser prevalentemente popular;
- iii) a sua ideologia, que passa a concepções reformistas, abandonando o imobilismo;
- iiii) os conteúdos teológicos, com a emergência da teologia da libertação que, mesmo contestada pela direita interna e pelo Vaticano, estabeleceu um patamar teórico para a questão Igreja-história-classes populares dificilmente retroagível, principalmente nas condições específicas brasileiras; e, finalmente, iiiii) as suas relações com o Estado autoritário, passando da colaboração com o golpe ao antagonismo político radical.

2 — Os agentes políticos mais importantes do processo de mudança da Igreja foram as classes populares, que irromperam em seu espaço institucional através de conexões institucionais "internas" (agentes de pastoral). A presença das classes populares nos espaços sociais católicos definirá a natureza democrática deste processo de mudança configurando-o como uma eclesiogênese, ou "uma Igreja que nasce do povo", como a ele se refere Leonardo Boff. Não foi a velha Igreja que aderiu às lutas democráticas, mas a nova, que a conduziu inteira através do exercício da hegemonia interna. A questão moral e ética em relação ao "político" se constituiu na substância básica da hegemonia interna do "novo", do "progressista", do "transformador" (ainda que, a princípio, sem expressão numérica de relevo no episcopado).

Além das implicações propriamente eclesiais, estas mudanças apresentam uma dimensão política nacional por uma dupla razão: primeiro porque transforma uma instituição que, por mais de quatro séculos, foi um baluarte da conservação e do domínio oligárquico, transformando-a

em uma das bases das oposições democráticas e, em segundo lugar, porque revela o Brasil a si mesmo, enquanto incorpora ao processo político brasileiro o sujeito histórico que é o agente principal de sua mudança, isto é, as classes populares.

O processo foi, portanto, revelador de sujeitos políticos que traziam consigo novos valores, de cunho marcadamente popular, em dimensões de massa e em âmbito nacional. Compreende-se a importância desse processo ao se considerar o significado cultural da presença dos índios, dos posseiros e das periferias das grandes cidades no cenário político brasileiro. Essa presença possui uma relação estreitíssima com a existência do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do trabalho da Igreja na periferia das metrópoles.

3 — A reorientação institucional da Igreja, transformando as suas relações com o Estado autoritário, revelará ao país (e a si mesma) um adversário tenaz. Um adversário que, como o Estado, está implantado nacionalmente, com presença de todos os segmentos das classes dominantes e das classes dominadas da sociedade brasileira e com uma grande articulação internacional. Acima de tudo, deve ser constatado o fato de o Estado antagonizar-se com a Igreja mais importante do maior país católico do planeta. As condições nas quais se deu este antagonismo permitirá à Igreja Católica se transformar em uma das poucas instituições que resistiram à fúria repressiva do Estado autoritário nos anos trágicos entre 1970 e 1973. Os textos críticos mais radicais da Igreja foram, justamente, elaborados quando o Brasil atravessava o período Médici. Esta circunstância marcará a evolução da Igreja e também das oposições brasileiras.

O impacto provocado sobre a Igreja pela repressão, pelas lutas democráticas e, sobretudo, pela emergência das classes populares em seus espaços institucionais, a conduzirá a uma postura de inconciliabilidade ética e moral com o Estado, e

em uma importante vertente ao causal daquilo que considero a questão moral da transição democrática brasileira.

4 — Mesmo desempenhando um papel de relevo na luta pela democracia, a Igreja não permitiu que surgisse ou se desenvolvesse a hipótese política do “partido católico” no Brasil. Ao mesmo tempo, nos espaços institucionais criados ou vitalizados (CEBs, Comissões para os Direitos Humanos, pastorais, etc.), praticou a tolerância política, aceitando a colaboração de “agentes” não religiosos ou de outras religiões. As novas posições da Igreja Católica terminaram como estímulos à ação no mesmo sentido por parte de outras Igrejas no Brasil e até no exterior.

5 — A Igreja Católica é universal. Trata-se, portanto, de uma organização de dimensões planetárias e, enquanto tal, tem condições de promover simultaneamente: i) um amplo apoio político internacional à luta democrática brasileira. O ponto mais alto deste apoio pode ser localizado no esforço para a realização das sessões para o Brasil do Tribunal Russet II, realizadas em Roma. Esse apoio contribui decididamente para que o enfrentamento “interno” assuma — de alguma maneira — uma dimensão internacional. ii) um grande interesse (pelo menos europeu) em acompanhar o processo brasileiro, transformando assim, algumas figuras políticas internas em líderes de expressão internacional; iii) o reforço dos novos modelos de ação praticados internamente, a partir do interesse demonstrado por amplos setores do catolicismo internacional em conhecer estes modelos, estudá-los e muitas vezes praticá-los até em outros contextos nacionais; iv) a captação permanente de recursos financeiros e materiais no exterior para manter suas novas opções pastorais, o que permitirá uma independência do Estado e uma vulnerabilidade menor às pressões “internas” exercidas pelas classes sociais dominantes e por seus próprios segmentos conservadores;

6 — A transformação da Igreja Católi-

ca é, em si mesma, uma intersecção da questão moral com a questão política, seja quando assume o papel “voz de quem não tem voz”, seja quando se torna permeável à participação e à expressão cultural dos “excluídos”, permitindo as articulações sociais elementares para a estruturação de novos sujeitos políticos de origem popular.

Essas transformações, mesmo considerando os limites que o processo apresenta, produzem um impacto moral de grandes proporções sobre a sociedade, reforçando assim os seus valores.

Os novos valores são tão intensamente presentes na prática política das classes populares e o antagonismo ético com o Estado tão radical que, na representação popular, a própria política aparece como dividida em “política suja”, a política praticada nos espaços estatais, e a “política limpa”, praticada no âmbito do Movimento Popular.

As direções políticas de oposição combatiam — e ainda combatem — essa percepção da política por parte das bases considerando-a “ingênua” ou “pré-política”, sem muitas vezes compreender a importância da dimensão moral que contém essa questão e os seus efeitos sobre a reconstrução da cultura política brasileira que emerge com a democracia. A “recuperação moral” da atual classe política — em curso — dependerá da sua capacidade de responder positivamente a esse processo de mudança da cultura política. Nota-se que o fato de a política aparecer dividida moralmente nas representações estruturadas pelos novos sujeitos políticos é também um obstáculo que, muitas vezes, impede uma articulação estreita entre lideranças, partidos de oposição e Movimento Popular.

d) A emergência política dos índios

A emergência do índio como sujeito político possui, sobretudo, uma valência moral, já que eleitoralmente seus efeitos são reduzidos. Possui, traz com ela, a clareza de mostrar povos dominados que decidem ir às últimas conseqüências (prin-

cipalmente no Sul e no Xingu) em sua luta contra o Estado autoritário e contra todos os mecanismos do sistema (frente de expansão agrícola, mineral, construção de estradas, etc.) em defesa da existência. Mais de uma vez, estas últimas conseqüências pareciam ser o extermínio em um enfrentamento desigual, mas os índios (especialmente os mais organizados) não recuaram. Defender a existência para eles possui o significado nítido de prática de valores diferenciados e a posse da terra. A simpatia que as lutas das comunidades indígenas despertaram estão relacionadas principalmente ao desejo que existe na sociedade (como valor) de apoiar o direito de se praticar valores diferenciados. Também neste caso, ocorre uma polarização, com os índios e a sociedade defendendo valores “positivos” e o Estado representando o anti-valor.

[Qual impacto provocou em toda a sociedade o gesto do cacique Raoni, com o tacape em mãos, ecom as cores de guerra, desafiando o Estado tecnológico e marchando para um confronto radical, aceitando com simplicidade até o próprio extermínio (e o de sua gente), mas não aceitando viver sob condições consideradas indignas, inaceitáveis, exigindo — e alcançando — a demissão do presidente da FUNAI? E como avaliar os impactos da atitude do ex-cacique (hoje deputado) Mário Juruna, que, de gravador nas mãos, registrava as declarações dos “brancos” (entenda-se burocratas civis e militares), demonstrando que estes (entenda-se o Estado) mentiam?].

A presença da questão indígena na política brasileira atual, após séculos de ausência, é o fruto de um longo e demorado processo de amadurecimento e de organização e está intimamente ligado ao processo de transformações capitalistas no campo. Nesse processo de organização e tomada de consciência, é possível encontrar conexões com outros atores da sociedade civil, destacando-se o trabalho da comunidade científica e do CIMI. A questão indígena possui a capacidade extraor-

dinária de modificar e enriquecer o próprio conceito de nação que existia no Brasil. Hoje sabemos todos — graças à eles — que somos uma sociedade pluri-nacional, onde convivem (e devem conviver livremente) povos com línguas, tradições e culturas diferentes. Não é pouco, como base do pluralismo, político e cultural.

14

O que foi considerado não esgota nem contém todos os elementos da questão moral no processo de transição democrática no Brasil. Entretanto, são elementos que dão consistência à formulação, politicamente avançada de Tancredo Neves sobre esta questão, feita com o rigor de suas concepções democráticas, com o conteúdo ético de suas concepções de política e de Estado, através do reconhecimento explícito dos novos sujeitos políticos e com a proposta de um pacto social alargado como base de um novo Estado.

A história política destas formulações teve antecedentes significativos. Na antevéspera das grandes manifestações pelas "Diretas já", estas mesmas relações (moral-política) alcançaram seus pontos mais profundos. Trata-se do momento em que o país será sacudido pela peregrinação nacional que realizará um senador, doente e desenganado clinicamente, durante a qual realizará uma intensa pregação democrática em defesa da constituinte. Este momento marca, para o Brasil político, inclusive a recuperação democrática dos símbolos pátrios. Milton Nascimento — em "Menestrel das Alagoas" — colheu em seus versos a densidade política e emocional existente na peregrinação desta figura, obstinada pela esperança de um Brasil proximoamente democrático, convocando as multidões que já existiam nitidamente na sua imaginação política, para participarem na reconstrução política do país. Refiro-me, é lógico, a Teotônio Vilela.

O novo movimento sindical, o conteúdo de suas novas práticas e a figura de seus novos dirigentes, principalmente Luis

Inácio da Silva (Lula), estão também relacionados a essa questão do enfrentamento moral sociedade-Estado.

Este enfrentamento, gerador da questão moral, define hoje condições de legitimidade para quaisquer governos democráticos, impõe uma mudança dos padrões tradicionais de conduta política — já visíveis na Nova República — e exige uma relação nova entre Estado e ética que vai além dos conteúdos que constituem a "tradição" da política brasileira em todo o período republicano.

2

1

Além de mudanças substantivas ao nível das relações cidadãos-política, que constituíram a base das reflexões até aqui, a transição democrática brasileira apresenta importantes processos ao nível político-jurídico e social.

A Nova República é um projeto de grande fôlego, com efeitos profundos e de longo prazo¹³ e, qualquer que seja a sua trajetória histórica, já se pode considerar que produziu alguns processos que marcarão definitivamente a sociedade brasileira. Em um trabalho anterior, de 1983¹⁴, eu já considerava esse período equivalente a 1889, a 1930 e a 1964, pela qualidade das mudanças que já se podiam vislumbrar. As mudanças ocorreram e, em muitos casos, com uma magnitude superior a todas as previsões. Parece-me importante destacar algumas delas e refletir sobre o significado político dos processos que encerram. A transição, portanto,

1. situa-se em uma encruzilhada histórica de crises: internacional, nacional, política, econômica e militar;

2. concluiu o processo de ascensão da burguesia brasileira ao controle do aparelho de Estado e consolida sua hegemonia sobre a sociedade;

3. é uma tentativa de re-definir o padrão de associação do capitalismo dependente brasileiro com o sistema capitalista

internacional. Essa tentativa se configura hoje como o mais avançado projeto de uma burguesia periférica de (re) definir sua posição no sistema;

4. apresenta a emergência, no plano político, de novos atores, "nacionalizando" a política brasileira através do alargamento das bases sociais do sistema político. É um processo de re-fundação do Estado Nacional. Constitui uma conciliação entre frações dominantes, e traz em si um projeto liberal-democrático cuja viabilidade depende, entretanto, de um pacto social amplo, com regras novas de integração e subordinação ao sistema dos novos e velhos sujeitos políticos. Esta circunstância atribui um caráter mais democrático ao pacto e um conteúdo novo ao liberalismo no Brasil.

2

O processo de transição brasileiro possui raízes longínquas. Entretanto, vai se acelerar e terá seus tempos e ritmos definidos pela convergência e simultaneidade de várias crises e na articulação destas com a sucessão presidencial. A concentração dos efeitos dessas crises em um tempo histórico curto não permitiria ao autoritarismo responder eficazmente a esses efeitos e terminou por conduzir à decomposição do sistema de poder.

Internacionalmente, a crise já se arrasta desde os desequilíbrios monetários do início dos anos 70, que culminaram com a crise do dólar em agosto de 1971. A crise internacional apresenta dois momentos distintos. O primeiro é marcado pelo avanço das reivindicações dos países da periferia do sistema e apresenta conquistas efetivas, seja ao nível do grau de institucionalização alcançado pelos países periféricos (OPEP, Não Alinhados, grupo dos 77, participação na ONU e outros organismos internacionais), seja ao nível da extensão e profundidade das reivindicações formuladas (Nova Ordem Econômica Internacional, Carta dos Direitos e Deveres dos Estados, Direitos do Mar, pauta global para o diálogo Norte-Sul, etc.), se-

ja, finalmente, pela possibilidade de controle sobre as políticas das grandes potências (Tratado de Helsinque, retirada dos EUA do Vietnã, não intervenção na luta das ex-colônias portuguesas, etc.). O segundo momento, ao final da década, caracteriza-se pela capacidade dos centros do capitalismo internacional de, através da alavanca financeira, transformar os termos de suas relações com a periferia. É um momento marcado pela ascensão de governos conservadores nos EUA, na Inglaterra e Alemanha Ocidental¹⁵. Os novos padrões de política propostos, que asseguram uma transferência de recursos líquidos da periferia ao centro do sistema, são garantidos através da ação do FMI. O acordo com o FMI é hoje inevitável, pois constitui uma condição necessária e preliminar para que possam ocorrer negociações entre os países periféricos e o Sistema Financeiro Internacional (privado), que se transformou, no curso dos anos 70, no grande credor da periferia, ao contrário de etapas históricas anteriores, quando os credores eram prevalentemente Estados.

Nessa etapa, estende-se o processo de transferência de parte dos efeitos da crise para as economias periféricas, tornando mais manejável a crise no centro do sistema e permitindo (e financiando) a realização de mudanças no próprio padrão de industrialização (nova revolução tecnológica).

Os efeitos desta gestão política da crise sobre as economias dependentes periféricas vieram a somar-se com outros de origens internas já manifestos e estimular o surgimento de novos, que potencialmente existiam nos sistemas. Ocorrerá uma redução do comércio internacional, o reforçamento do protecionismo, a reposição da subordinação política internacional e da política de blocos, com uma aproximação perigosamente progressiva aos modelos da "guerra fria", e a recomposição da posição hegemônica dos EUA.

Para o Brasil, o resultado da gestão conservadora da crise (restauradora, em certo

sentido) nos países centrais foi a subordinação ao FMI e a prática de uma política econômica que levou o país a uma recessão profunda, a uma espécie de “queda livre”, como a chamou A. B. de Castro, agravando ainda mais as difíceis condições de vida da população. Seu efeito mais notável, porém, foi a ruptura da aliança social restrita que constituía a base social de sustentação do regime autoritário (grande capital nacional privado, público e transaccional). Nas minhas “Notas sobre a crise brasileira: 1983” e em um recente artigo sobre a crise internacional¹⁶, esse processo de ruptura é descrito e documentado. A grande empresa estatal se organizou para manter suas posições e o grande capital nacional, não conseguindo, no interior do pacto restrito, preservar seus interesses, aumentou sua presença política na sociedade através de uma ação concertada pela grande burguesia “ao completo” (industrial, comercial e financeiro) e se transforma em um dos componentes básicos do processo político brasileiro, conseguindo hegemonizá-lo através de uma nova política de alianças “internas” e através da aceitação e reproposição de um novo pacto social, aliado às intenções explícitas de re-definir as “externas”.

A crise política, que conduz à fragmentação do partido do governo, o PDS, e à insólita situação da perda da maioria parlamentar do autoritarismo e à consequente derrota no Colégio Eleitoral, assim como à crise militar que lavra o sistema há muitos anos acelerando-se após as bombas do Rio Centro, estão — ambas — ligadas diretamente à decomposição do sistema de poder. Não me estenderei sobre elas, assim como sobre a crise de legitimidade, temas sobre os quais existe uma rica bibliografia¹⁷.

3

O processo de ascensão política da grande burguesia brasileira começa a se dar por volta da metade da década passada, após os resultados eleitorais de 1974 e em torno da discussão sobre a extensão

alcançada pelo processo de estatização e se amplia durante os períodos denominados de “distensão” e de “abertura” política. Entretanto, será somente após os acordos com o FMI, nos primeiros meses de 1983, que essa classe se descolará da aliança social no poder, na qual ocupava um espaço subordinado, “enfudada” (como a considerava então F. H. Cardoso) entre o capital transaccional e a grande empresa estatal. Dos documentos de agosto de 1983¹⁸ até as conclusões do Encontro Nacional da Indústria (ENIND) de 1984¹⁹, produziram-se nítidos pronunciamentos de ruptura com os padrões de política econômica praticados pelo Estado. Já no segundo semestre de 1984, os grandes líderes empresariais do país (nos setores comercial, financeiro e industrial) já tinham se definido em torno do programa da Aliança Democrática. A questão central está ligada não só ao conflito desenvolvimento X recessão, mas incorpora questões como a estabilidade política, rigor administrativo e legitimidade do poder.

A questão “burguesia” constitui-se em um tema controvertido na política e nas ciências sociais no Brasil. Mais de uma vez esta classe foi sepultada na teoria política tanto no Brasil quanto em outros países periféricos. Outras vezes a ela foram atribuídos projetos políticos — até revolucionários —, nunca realizados, nunca assumidos. E muitas vezes nem existiam. Entretanto, é visível e palpável a sua condição de sujeito político hegemônico na transição brasileira. Não é necessário “regar a horta depois da chuva” e me dispense de apresentar textos, discursos, entrevistas e análises de conteúdo da ação recente desta classe na política nacional. Há que se compreender a ação política da burguesia hoje levando em consideração algumas questões diferenciadoras em relação ao passado. Não considerá-las poderia conduzir o observador a encontrar grandes (e falsas!) semelhanças entre o projeto burguês atual e aquele estatal dos primeiros anos 50.

a) O Brasil foi campo, de lá até aqui, de um vigoroso processo de industrialização, que alterou os termos relativos existentes entre esta atividade produtiva e o conjunto da economia brasileira, alterando, em consequência, o peso específico da fração burguesa que conduziu esse processo. Hoje o Brasil é um país industrializado, ainda que dependente.

b) Esse processo ocorre, inclusive, através de modificações de relevo na estrutura do próprio capital;

c) O desenvolvimento alcançado se dá nos marcos de uma associação crescente ao capital transnacional. Esta associação, que é o modo brasileiro de se transnacionalizar, ocorreu não somente na propriedade do capital, mas principalmente no padrão tecnológico e na integração do crescimento econômico a um modelo de industrialização restrito, mas semelhante aos dos países capitalistas avançados e que possui, no mercado internacional, um dos seus referenciais. Ou seja, ainda que o "nacional" seja "nacional", o é dentro de uma estrutura produtiva que não é concebível (não existe) fora ou independente do sistema capitalista internacional;

d) As diferenças entre o "nacional" e o "internacional", tão pouco visíveis ao nível do econômico e, quando visíveis, tão pouco significativas, são grandes quando consideradas a partir do político. Politicamente, o "nacional" não só é interessado na direção do capitalismo brasileiro, mas é o sujeito político que, por excelência, necessita dirigir o processo. A situação brasileira apresenta uma versão profunda da crise de legitimidade do Estado transnacionalizado. No bojo dessa crise, deterioraram-se em níveis alarmantes as relações Estado-sociedade e, nesse contexto, o "nacional" é o único sujeito político do pacto anterior que pode ser classe dirigente, que pode assumir o Estado diretamente, sem mediações, seja como única maneira de legitimar o seu "reino" econômico, seja para disputar novas posições dentro do capitalismo transnacionalizado do

Brasil. A direção do Estado (e de um Estado legitimado por um pacto social amplo, que assegure a governabilidade do sistema) é também um instrumento que pode ser (e está sendo) acionado para (re) definir o seu papel na divisão internacional do trabalho. Todas as frações da burguesia desempenham este papel no Brasil de hoje.

e) O processo que conduz a uma autonomia política interna ampla das burguesias associadas (nos marcos do capitalismo transnacionalizado atual) não é inédito e é encontrável na maioria dos países da Europa Ocidental, associados em profundidade ao capitalismo americano durante os anos da reconstrução, quando ocorre um grande salto de qualidade do próprio processo de transnacionalização. Uma análise mais cuidadosa desse processo mostrará como a hegemonia política das burguesias associadas em Estados independentes e com projeto próprio:

e.1) não impede (nem tenta impedir) o avanço do processo de transnacionalização, mas gera uma arena nova para as composições e soluções pactuadas dos conflitos;

e.2) a transnacionalização econômica não é inconciliável com a democracia e pactos sociais amplos, como parecia ser, a partir de muitas análises feitas sobre o autoritarismo brasileiro. Ao contrário, muitas vezes esse processo de articulação internacional do capitalismo vem reforçado por essa forma de regime político, na medida em que incorpora nas negociações os conflitos sociais e políticos "reais" do país, favorecendo soluções possíveis de serem implementadas com razoável grau de estabilidade política ou, pelo menos, mais estáveis que a permanente repressão militar, por governos de bases sociais restritas, limitadas aos setores dominantes internos e externos.

e.3) combina-se com políticas de reformas estruturais modernizantes e distributivas. Aliás, muitas vezes até cresce em consequência destas reformas.

No caso brasileiro, no interior do processo de transição democrática, assiste-se a uma grande burguesia dependente — associada (talvez a mais forte e avançada entre todas as burguesias periféricas) postular e alcançar a direção política do Estado com uma proposta de democracia liberal e de (re) criação de um Estado com bases sociais largas. A redefinição dos padrões da associação e da dependência é inevitável (e nesta inevitabilidade está a explicação para o novo papel dessa classe) e de seus êxitos depende a viabilidade do seu próprio projeto interno. A burguesia brasileira decifra o seu “enfeudamento” — um limite — e descobre na política a possibilidade de alterar em seu favor as relações dentro da aliança social dominante. Dois pontos do programa da Aliança Democrática são ilustrativos a respeito: a retomada do crescimento econômico, conjugado com uma negociação “soberana” da dívida, envolvendo o Congresso Nacional.

A leitura dos documentos das grandes federações empresariais brasileiras, das entrevistas quase diárias de suas lideranças mais significativas deixa clara a percepção dessa classe de que a aliança de 1964 foi rompida através da condução conservadora da crise internacional e de que algumas nações periféricas (Chile, Argentina, Peru) estão pagando por esta ruptura com a reversibilidade dos seus respectivos processos de industrialização, o que a burguesia brasileira considera inaceitável (Documentos de 1983 e 1984). É difícil, a esse ponto do processo, diagnosticar seu desfecho, mas as margens de negociações não são definidas pelos estreitos marcos de dois supostos blocos, um “nacional” e outro “internacional”. Tanto o “nacional” quanto o “internacional” são universos contraditórios e as clivagens determinam possibilidades de composições diferenciadas diante de questões específicas (participação no mercado internacional, política financeira, política de tecnologia, etc.).

É hoje, e será sempre mais, um “fazer política” por todos os atores, em todos os momentos, pois parece ter terminado a “delegação” que o autoritarismo arrancou (ou impôs) à sociedade (inclusive à burguesia) e concentrou nas mãos dos ministérios chamados “econômicos”.

A análise do discurso — é o que pode ser feito²⁰ — da Nova República permite que se vislumbre com nitidez objetivos que parecem contraditórios. Por um lado, reafirma-se o pacto social amplo, com reformas estruturais no campo e com o aumento das funções sociais do Estado e, por outro, reafirma-se o compromisso de honrar os acordos internacionais já assumidos, inclusive a política de ajustes concordada com o FMI. De fato, todas as análises e comentários sobre o comportamento do governo nos primeiros 60 dias de Nova República acentuam as divergências entre estas questões, tentando localizá-las no interior da equipe econômica do governo; em geral, são apresentadas pela dicotomia política expansiva x política recessiva.

As formulações sobre relações internacionais e política externa já feitas — principalmente por Tancredo —, assim como o discurso de posse do novo Chanceler Olavo Setúbal referem-se mais à avaliação sobre a política brasileira do último decênio. Aqui e ali, entretanto, apontam a solução desta questão na busca de um novo padrão de associação. Penso que, na realidade, busque-se uma alteração da posição relativa do Brasil no sistema capitalista internacional. Consolidam-se tendências, que já integravam a política externa dos dois governos anteriores, de acreditar que é possível pragmaticamente — quase que tateando o cenário internacional em busca de uma brecha na história — encontrar uma “passagem” solitária que conduza o Brasil da periferia ao centro do sistema. É a busca da possibilidade que existiria para o Brasil de, isoladamente e sem modificações na estrutura da ordem internacional, alcançar o desenvolvimento.

A novidade maior encontra-se nessa hipótese avançada (política e econômica) de desenvolvimento associado. Sempre fez parte dos esquemas teóricos da "tradição" da esquerda a tese de que um projeto democrático e reformista nos países periféricos deveria forçosamente conter dois ingredientes indispensáveis: o caráter anti-imperialista e o conseqüente "tercermundismo" como conteúdo das relações internacionais.

A transição brasileira recoloca a questão em novos termos, ou seja, um aprofundamento do desenvolvimento associado, com democracia e reformas sociais. É possível hipotizar a viabilidade desse programa, mesmo observando que ele pressupõe uma relação nova com o Sistema Financeiro Internacional, uma reativação paralela do fluxo de investimentos externos, a revisão do padrão interno de exploração da força de trabalho por parte do capital transnacional, a modificação das regras internas de associação, com maiores vantagens relativas para o capital nacional privado e, finalmente, a modificação das condições que dificultam as exportações aos mercados capitalistas avançados?

Parece-me ingênuo inviabilizar teoricamente *a priori* essa tentativa pelo simples fato de a mesma contrariar esquemas do passado. Os resultados de um recente seminário realizado pelo Instituto de Relações Internacionais — IRI — da PUC/RJ, com participação de líderes empresariais e políticos representativos, ladeados por especialistas do Itamaraty e por intelectuais²¹, mostram a consistência substantiva do projeto, assim como a consciência de suas dificuldades. Mesmo diante de um quadro sombrio como era o de 1984, a liderança empresarial acreditava ser possível "tomar o trem" do desenvolvimento. Parece-me importante também considerar que nos encontramos mergulhados em uma crise internacional (no meio? no final?) que tem como característica, nessa etapa, a ruptura com os padrões de alianças internacionais inter-burguesas en-

tre centro e periferia e é justo supor que estas alianças não se restabelecerão só em forma involutiva (em direção a padrões já conhecidos historicamente), mas poderão apresentar (e estão apresentando) formas novas. Neste processo de redefinição dos padrões de dependência, as burguesias periféricas não somente possuem um comportamento-reflexo, não somente acatam modelos propostos, mas (em especial aquelas mais fortes) possuem um espaço político de proposição, que a diplomacia brasileira chama de "peso específico" (Azeredo da Silveira). O peso específico não é a densidade de índices mudos, mas um espaço político propositivo. A burguesia brasileira parece vislumbrar possibilidades concretas para seus projetos, basta ver o Documento de Agosto/83.

É necessário considerar também que são várias as possibilidades de articulações internacionais, mesmo no quadro da reconstrução (em curso) da hegemonia americana, seja em conseqüência da concorrência intercapitalista no vértice do triângulo desenvolvido (Europa Ocidental — Japão — EUA), seja no amplo e contraditório universo planetário do capital transnacional. Ainda podem ser lembrados, pois não são tão velhos assim, os conteúdos da redefinição de papéis dos "países-chave" (Kissinger) e as formulações "alternativas" de frações do capital transnacional, principalmente através da Comissão Trilateral.

É também necessário considerar que o próprio padrão novo proposto (desenvolvimento + democracia + transnacionalização) não elimina as contradições entre o capitalismo brasileiro e aquele internacional. Nem é, se alcançado, uma solução definitiva (felizmente!). Simplesmente resolverá algumas contradições e gerará outras novas. O esforço solicitado ao governo (ENIND, 1984) por empresários e também pela sociedade científica, para que aplique pesados investimentos na área de ciência e tecnologia, ao lado de consenso que existe em torno do projeto de "reserva de mercado" na área da informática,

demonstra a percepção do significado que possuirá, em qualquer nova aliança, a questão da dependência tecnológica como elemento essencial de uma nova subordinação.

[De um certo modo, observa-se que a política externa pragmática e responsável — Geisel — assim como a Nova Política Externa — Figueiredo — representavam uma elaboração do Itamaraty, que antecipava o projeto da burguesia brasileira ao mesmo tempo que contribuía para a sua formulação. O consenso político que existia em torno da política externa brasileira se deve à sua qualidade antecipadora de um projeto político hegemônico].

Finalmente, é necessário considerar, como afirmaram os líderes empresariais em 1983, que a burguesia brasileira tem tido historicamente um papel inovador no âmbito dos pactos internacionais. No exemplo mais recente, foi necessário algum tempo para que as teorias sociais e as próprias oposições democráticas decodificassem os significados da aliança que se constituiu em 1964, sendo, a propósito, notável a contribuição de F. H. Cardoso²².

Aceita a hipótese teórica e política da viabilidade do projeto de redefinição do padrão de dependência proposto pela Nova República, pode-se passar a considerar inicialmente seus limites e dificuldades mais visíveis nesta fase do processo. Pode-se *grosso modo* dividi-los em limites provenientes da estrutura do sistema internacional e limites oriundos das possibilidades políticas internas. Ao nível internacional, depende de processos e políticas nas quais o governo não possui a capacidade de influir diretamente. Trata-se sobretudo de: a) ser assegurado um grau relativo de paz internacional ou contenção das guerras, pelo menos aos níveis atuais. A tentativa de definição militar de conflitos contemporâneos com o envolvimento direto de grandes potências teria um efeito sobre a ordem internacional que me parece desnecessário considerar; b) alterar a função atual do sistema

financeiro internacional, principalmente em referência ao financiamento do desenvolvimento. É necessário que, pelo menos em alguns casos "especiais", ou, no limite, para o caso brasileiro, existam opções e mecanismos financeiros especiais (volume do financiamento, retirada de pré-condições, autonomia, prazos e taxas de juros); e c) mudanças na divisão internacional do trabalho. Esse processo depende mais da qualidade das transformações na estrutura produtiva em curso nas economias industriais avançadas e menos de negociações internacionais.

Admitindo a hipótese que estes elementos se alterem, em conjunto ou isoladamente, restará observar o quanto e o como estas mudanças se conjugarão, positiva ou negativamente, com o projeto proposto.

No fronte interno, a questão dos limites a esta redefinição se coloca mais em função da:

a) capacidade da direção política do país em administrar o pacto, na ausência do depositário das articulações e compromissos preliminares, Tancredo Neves. As demandas políticas da sociedade exigem um pacto social de amplitude correspondente, mas a sua administração política, nesta fase do processo de transição, ainda é restrita às elites econômicas, políticas e militares, ainda que se possa considerar o acelerado processo de "afinamento" com o projeto político formulado pelo presidente morto. Não se pode excluir, entretanto, que em consequência do caráter agudo dos conflitos sociais, o governo seja absorvido pelas necessidades conjunturais de "tapar os buracos", perdendo assim a sua capacidade de implementar o projeto em seus lineamentos definitivos. Não se pode excluir também que, no curso dos conflitos sociais agudos a que hoje se assiste no Brasil, o governo venha a consumir as amplas bases de consenso que possui atualmente e venha a sucumbir (desagregar-se até) no ciclone de uma possível crise política.

b) do ritmo dos conflitos sociais, do volume e da qualidade das demandas políticas internas e de suas compatibilidades com os tempos da negociação internacional. Os liberais já alertavam, desde 1984, para a questão política da "contenção" das demandas da sociedade ou o estabelecimento de um filtro político, uma das funções que o pacto social possui para as classes dominantes²³. A questão principal é que a "contenção" é só uma hipótese política a ser construída e se combina muito dificilmente com a situação social e econômica do Brasil depois de vinte anos de exploração econômica, nos quais todas as concessões eram ao capital e o preço de todas elas caíram rigorosamente sobre o trabalho, gerando uma relação capital/trabalho insólita para um país industrializado, ainda que dependente. Não é surpresa, portanto, que o cenário da Nova República seja dominado por uma ascensão veloz do movimento grevista dos trabalhadores em todo o território brasileiro e em todos os espaços sociais.

As possibilidades de combinação dos tempos internos com modificações dos condicionamentos externos se apóia, na realidade, principalmene no acanhado nível de formulação política alcançado pelo movimento social. Este movimento encontra-se longe da formulação de projetos globais para a sociedade brasileira, o que contribui para que o tempo histórico da transição seja dominado por um único projeto, o hegemônico, sem que esteja à vista possibilidades de alternativas políticas mais avançadas. No momento em que o PMDB, através da Aliança Democrática, renunciou ao seu projeto, que previa, entre outras coisas, a reconversão industrial, a moratória como solução para a dívida externa e a recuperação dos salários — pelo menos em relação aos níveis de 1980 —, o projeto da Aliança é a única proposta política articulada no cenário do Brasil democrático. Certamente essa condição política é transitória, mas a sua existência define os marcos históricos da hegemonia

do mais avançado projeto da burguesia brasileira.

[Existem, no cenário político, "candidaturas" com uma retórica política mais radical, cujos conteúdos, no entanto, não possuem ainda consistência de um projeto, estando muito longe disso. Deixo de considerar também os projetos de ruptura com o internacional, através da conquista revolucionária do poder pela classe operária e da construção de uma sociedade socialista; por motivos tão óbvios que não os comentarei. Entre o projeto burguês hegemônico e a evolução da política atual do movimento social encontra-se, sim, a matéria prima histórica de uma proposta socialista e democrática. Este é um tema para outras e novas reflexões].

Sabe-se, desde Gramsci pelo menos, que a questão da hegemonia, especialmente por parte das forças que propõem soluções históricas mais avançadas do que o capitalismo, está intimamente articulada a questões como partido(s), organização política e civil da sociedade, teorias e cultura política, questões essas que somente agora, nos tempos democráticos, ganharão seus contornos definitivos, ou pelo menos, visíveis.

Além das insuficiências de suas formulações políticas, o movimento social organizado possui outros limites. De fato, é o mais amplo e consistente de toda a história política brasileira, mas ainda não organiza em si mesmo as grandes massas populares brasileiras. Suas futuras possibilidades hegemônicas estão ligadas à sua capacidade de crescer horizontalmente, alcançando os limites das classes populares — pelo menos —, e qualitativamente, através do avanço político e teórico do(s) partido(s) que representará seus interesses. Os tempos desse processo constituem uma espécie de trégua compulsória que as classes populares concedem (que são obrigadas a conceder) ao projeto da burguesia.

5

Todas as reflexões e comentários que apresento até aqui são atravessados pela

percepção que o resultado mais espetacular que se pode observar nesta transição democrática brasileira não encontra-se no projeto democrático da burguesia mas em seu pressuposto, em seu condicionamento fundamental, que consiste na emergência de novos sujeitos políticos no Brasil. Este processo vai permitir e exigir que a política brasileira se nacionalize pela primeira vez na história, como já foi observado. O espaço de negociação política abrange pela primeira vez praticamente toda a estrutura social brasileira e as bases políticas dos principais atores se estendem por todo o território nacional. Além das instituições que se destacaram no conjunto das forças da sociedade civil, emergiu o Movimento Popular como o sujeito histórico que dilatou as bases restritas do sistema político brasileiro, introduzindo, junto consigo, novos valores políticos, com um grau relativamente alto de autonomia.

3

A transição política brasileira contém, portanto, dois processos fundamentais para a história brasileira: de um lado, conclui o processo de ascensão burguesa ao controle do Estado, iniciado em 1930, e de consolidação de sua hegemonia política através de um projeto democrático liberal (afinal!) e, por outro, também conclui o processo de construção política do Estado brasileiro, através da incorporação, na arena política, de classes sociais que dela não participavam, colocando em um patamar novo as relações Estado/sociedade. A síntese destes dois processos deverá ser visível na Assembléia Nacional Constituinte que provavelmente se elegerá em novembro/86.

No processo político da transição, a questão do pacto social já possui uma grande importância. Ao nível do discurso político, encontra-se tanto uma versão restrita de pacto social, que estende seus limites às "elites conciliadas", conforme a "tradição", e no máximo — e em posi-

ções subalternas —, à classe operária urbana e às classes médias, quanto uma versão mais ampliada, conforme as reivindicações da sociedade civil durante a luta contra o autoritarismo. O peso dado à questão fundiária da Nova República é, entretanto, o reflexo de como os camponeses, os índios, os posseiros (e as instituições identificadas com a emergência política destes grupos sociais) colocam a irreversibilidade de sua participação política, econômica e social. A extensão do voto ao analfabeto, é também outro reflexo da impossibilidade de exclusão destes setores em qualquer projeto democrático.

4

Estes comentários e reflexões não se estenderam a três campos extremamente estimulantes e importantes para uma discussão global do processo de transição brasileiro, mas que valem a pena, pelo menos, serem enunciados.

O primeiro refere-se às raízes longínquas e recentes desse processo. É por essa perspectiva que é visível como "os de baixo" empurram os "de cima" (Weffort), o que contribuirá decididamente para os conteúdos e formas do projeto hegemônico.

O segundo campo diz respeito a uma reflexão crítica mais sistemática sobre as contribuições teóricas que vieram à luz, pelo menos a partir de 1980. Esse balanço teórico mostraria como a grande maioria de estudos e ensaios atribui ao vértice do Estado a condição de fonte das energias, dos tempos e dos modos desse processo, com uma influência extensa da teoria das elites. São exceções os excelentes trabalhos de F. H. Cardoso (1981) e F. Weffort (1984), que consideram a sociedade brasileira em sua globalidade, ainda que com enfoques teóricos diferentes.

O terceiro campo, (e a isto foi difícil resistir) é o processo político em curso no cotidiano da Nova República. Isto é, a análise do novo *modus operandi* no sistema político, quando o Congres-

so Nacional se transforma na arena política fundamental. A reabertura formal das negociações da dívida em 27 de maio de 1985 será distinta das anteriores e, novidade principal, os acordos serão precedidos de entendimentos com o Congresso Nacional. Ainda ao nível do sistema político deve-se registrar o citado fortalecimento da função dos partidos e o embrião de um novo "sistema" dentro do poder, constituído pelo vértice político da Aliança Democrática, que tem tido suas funções ampliadas sucessivamente no quotidiano político brasileiro, funcionando como uma tutela permanente sobre a Presidência Sarney.

O processo político apresenta algumas questões sobre as quais os pensamentos democráticos não param de se preocupar, arrastados pela grandeza da aposta política em jogo. Refiro-me a três: a reformulação partidária, ou a nova fisionomia política brasileira, com as esquerdas legais desde o longínquo 1947; o nascimento de uma nova direita, cuja expressão maior é Paulo Maluf; e, finalmente, a questão militar, que se refere seja à questão do novo papel institucional das Forças Armadas, seja à do desmantelamento dos órgãos repressivos e o controle político sobre a "comunidade de informações".

Notas

¹ *Wálder de Góes e Aspásia Camargo*, O drama da sucessão e a crise do regime, ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984.

² *Depois de escrito esse artigo, foi divulgado, em cadeia nacional de rádio e TV, o programa do Partido dos Trabalhadores (PT), que se constituiu em um exemplo importante da "nova linguagem" na política brasileira.*

³ *Leonel Brizola, em entrevista ao Jornal do Brasil, dias após a morte de Tancredo.*

⁴ *Conforme meu trabalho "CEBs e organização política", em Alternativas populares da democracia, ed. Vozes, Petrópolis, 1982.*

⁵ *F. C. Weffort, Porque Democracia?, ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.*

⁶ *Fernando Henrique Cardoso, "Regime político e mudança social", Revista de Cultura e Política, nº 3, nov./jan. 1981, ed. Cedec/Paz e Terra, SP.*

⁷ *James O'Connor, The Fiscal Crisis of the State, Nova Iorque, 1973.*

⁸ *C. A. Affonso e Herbert J. de Souza, "O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.*

⁹ *São estarrecedores os resultados da pesquisa realizada pelo IBASE, por solicitação e com apoio do CNBB, durante os últimos períodos da última seca. O cruzamento dos indicadores com as políticas estatais não só permitem, mas conduzem a esse diagnóstico.*

¹⁰ *Ximena Barraza, "Por uma subjetivação da sociedade", em Alternativas populares da democracia, ed. Vozes, Petrópolis, 1982.*

¹¹ *Conforme excelente trabalho de Cristina Duarte, "La stampa alternativa in Brasile: 1964/78", tese de mestrado para a Scuola Superiore di Comunicazione Sociale dell'Università Cattolica di Milano, Itália, 1979 (mimeo).*

¹² *Os resultados dessa pesquisa foram apresentados em meu trabalho Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil, ed. Vozes, Petrópolis, 1979.*

¹³ *O planejamento do novo governo exprime essa concepção. O Programa de Reforma Agrária, que prevê intervenção imediata nas regiões mais conflitivas, prevê também objetivos para as próximas duas décadas. O Plano Nacional de Desenvolvimento inicia sua elaboração com ampla participação da sociedade (não será apenas um plano de governo, não obstante deva orientar a sua ação) e tem o objetivo de fixar metas de médio e longo prazo.*

¹⁴ *Ver "Notas sobre crise brasileira", op.cit.*

¹⁵ *Conforme Luis Gonzaga de Souza Lima "A propósito de crise internacional", em América Latina e a crise internacional, ed. Graal, 1985, RJ.*

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Além da bibliografia já citada, são interessantes os trabalhos de Luciano Martins, "A crise e o processo de abertura", In Revista do PMDB, ano II, nº 6, dezembro 1983; Bolivar Lamounier e Alkimar R. Moura, "Política econômica e abertura política no Brasil - 1973-1983", IDESP, mimeo, nº 4, São Paulo, 1984; José Álvaro Moisés, "Crise política e democracia, a*

transição difícil”, in Revista de Cultura e Política, nº 2, agosto/outubro 1980, Cedec/Paz e Terra, São Paulo.

¹⁸ Conforme o “Manifesto dos empresários”, *Gazeta Mercantil*, 12-8-83.

¹⁹ *Confederação Nacional da Indústria*, “Configurações de política econômica e as perspectivas de longo prazo e desenvolvimento industrial”, ENIND, 1984.

²⁰ O acompanhamento e a leitura dos textos citados não seriam possíveis sem o trabalho dedicado de Ana Tereza Lemos Ramos, do Centro de Documentação do IRI.

²¹ Os resultados do seminário encontram-se em *Mônica Hirst (org.)*, Brasil-Estados Unidos na transição democrática, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

²² *Autoritarismo e Democratização*, ed. Paz e Terra, RJ, 1975.

²³ A propósito, ver o trabalho de Celso Lafer, “O sistema político brasileiro hoje: tendências e perspectivas”, IDESP, nº 1, SP, 1983 (mimeo.).
